



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1821/15	DATA: 23/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h25min	TÉRMINO: 13h58min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Coordenador de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes.
FÁBIO JOSÉ LUSTOSA FERREIRA - Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, no Piauí.
FERNANDO TATAGIBA - Assessor do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente — MMA.
ALDÍZIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO - Analista Ambiental da Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.
FRANCISCO SOARES - Presidente da Fundação Rio Parnaíba — FURPA.
ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO - Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará.
LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO - Secretário do Meio Ambiente do Estado do Piauí.

SUMÁRIO

Debate sobre a criação de Unidade de Conservação Federal com o fim de proteger a região do Alto do Rio Poty, no Estado do Piauí.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Bom dia, senhoras e senhores, sejam bem-vindos à Câmara Federal.

Hoje vamos realizar a audiência pública com o tema *Criação de Unidade de Conservação Federal com o fim de proteger a região do Alto do Rio Poty*, no Estado do Piauí, e no do Ceará também, não vamos esquecê-lo. É uma propositura do Deputado Rodrigo Martins, subscrita pelo Deputado Átila Lira.

Gostaria de saudar todos os piauienses e cearenses que vieram, em comitiva, da região, para nos prestigiar nesta audiência pública e participar deste importante debate.

Convido a compor a Mesa: Sr. Fernando Tatagiba, Assessor do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Aldízio Lima de Oliveira Filho, Analista Ambiental da Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio; Sr. Fábio José Lustosa Ferreira, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, no Piauí; Sr. Benedito Rubens Luna de Azevedo, Coordenador de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes, idealizador deste debate e vulgarmente conhecido como Binha; Sr. Francisco Soares, ambientalista e Presidente da Fundação Rio Parnaíba; o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Piauí, Deputado Estadual Luiz Henrique Sousa de Carvalho, conhecido como Ziza Carvalho; e Sr. Artur José Vieira Bruno, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará.

Esta questão ambiental no Piauí sempre tem tido como grande parceiro e grande defensor a Ordem dos Advogados do Brasil, na seção Piauí. Quero saudar e agradecer a presença da Dra. Geórgia Nunes, aqui representando o Presidente Willian Guimarães e abrilhantando com a sua presença esta audiência pública.

Eu também gostaria de saudar os Deputados presentes, Assis do Couto e Nilto Tatto, ambos da área do meio ambiente e que tratam desse assunto.

Início esta audiência pública fazendo uso da palavra também como proponente. Primeiramente, agradeço a presença de todos, especialmente dos que vieram do Piauí e do Ceará para participar desta audiência pública.



Sabemos que o Brasil, para a nossa felicidade, é dotado de intocáveis áreas naturais com excepcional beleza cênica. Essas áreas, em regra, abrigam floresta e fauna notáveis, que nos conferem o título de País megadiverso. Mas muitas áreas, dada a dimensão continental do nosso território, são pouco conhecidas e isso nos causa preocupação, porque estão sob ameaça de degradação e carecem de medidas adequadas para a sua proteção.

A região do Alto Rio Poty é uma dessas áreas. Lá encontramos o Cânion do Poty, acidente geográfico de beleza cênica ímpar, criado pela passagem do Rio Poty por uma fenda geológica situada na Serra da Ibiapaba, entre o Estado do Piauí e o Estado do Ceará.

O Cânion do Poty se estende por quatro Municípios: Crateús, no Ceará; Castelo, Buriti dos Montes e Juazeiro, estes últimos três no Estado do Piauí. Embora seja ainda pouco conhecida, a região já atrai o ecoturismo e aventureiros de várias partes do País e até mesmo do exterior.

É oportuno sublinhar o fato de que o Alto Rio Poty está situado na Caatinga, que é o único bioma exclusivamente nacional, e o menos protegido, apesar da importância da sua flora e da sua fauna para a ciência e para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Semiárido nordestino.

De acordo com o mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, do Ministério do Meio Ambiente, a região do Alto Poty é uma área de importância extremamente alta para a conservação.

A maior parte dos solos da região é arenosa ou rochosa e pobre em nutrientes, o que impossibilita o desenvolvimento de atividade agrícola. A região é dominada por uma vegetação de transição entre o Cerrado e a Caatinga, o que confere às comunidades vegetais locais características peculiares de composição e riqueza florística. A fauna da região ainda é pouco pesquisada, mas estudos desenvolvidos na Serra da Ibiapaba, no Estado do Ceará, revelam grande diversidade de répteis e anfíbios, muitos deles raros, alguns ameaçados, inclusive desconhecidos pela ciência, Secretário Artur José Bruno.

Além disso, várias rochas possuem inscrições rupestres esculpidas em baixo relevo, diferentes daquelas que nós encontramos no Parque Nacional de Sete



Cidades e no Parque Nacional da Serra da Capivara, região de atributos biológicos, arqueológicos e cênicos de grande importância, que demanda a adoção de políticas e medidas que assegurem sua conservação e uso sustentável.

Em boa hora, a Comissão de Meio Ambiente resolveu aprovar a realização desta audiência pública e propor o debate nesta Casa sobre a conveniência de se criar uma Unidade de Conservação para proteger o Alto Rio Poty.

Unidade de Conservação, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000, é:

(...) o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção...

Esta lei instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e apresenta repertório de diferentes tipos de Unidades de Conservação, com variados objetivos de conservação e exigência em termos de possibilidades de uso dos recursos naturais, desde aquelas dedicadas exclusivamente à preservação da natureza, onde nenhuma atividade econômica é possível, como as reservas biológicas, até aquelas que visam primordialmente ordenar as atividades econômicas, tendo em vista o uso sustentável dos recursos naturais, como as áreas de proteção ambiental.

Saber se a criação de Unidade de Conservação é a melhor estratégia para a conservação do Alto Rio Poty e que tipo de unidades são as mais adequadas, bem como as suas dimensões e limites, tendo em vista as condições ecológicas e socioeconômicas da região, é matéria que exige um amplo debate.

Esta é, portanto, a justificativa para a realização da presente reunião de audiência pública, quando teremos a oportunidade de ouvir representantes dos órgãos federais que cuidam da matéria, bem como especialistas que conhecem com profundidade a região.

Estou seguro de que as manifestações que vamos ouvir hoje indicarão um caminho para a atuação desta Comissão e desta Casa em relação a esse tema.



Fico muito feliz com a participação de todos! Quero realmente que esta audiência seja muito produtiva não só nos seus trabalhos especificamente, mas também na definição de seu objetivo claro de criar essa Unidade de Conservação.

Muito obrigado a todos pela presença. Vamos dar início às palestras.

Informo a todos que esta audiência está sendo gravada e transmitida pela TV Câmara, podendo ser retransmitida, e também pela Internet. Informo ainda aos palestrantes que terão um prazo de até 15 minutos para sua exposição. Posteriormente, passaremos a palavra aos participantes presentes e aos internautas.

Para iniciar a nossa audiência, concedo a palavra ao Sr. Benedito Rubens Luna de Azevedo para fazer a sua apresentação sobre os Cânions do Rio Poty.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Bom dia a todos.

É com grande prazer que, na pessoa do Deputado Rodrigo Martins, eu me congratulo com os demais integrantes da Mesa, e na figura da Creuza Martins, pessoa que sempre batalhou pelo Cânion, saúdo todos desta plenária.

O que nos traz aqui é a oportunidade de mostrar um pouco a realidade do Rio Poty, que é desconhecida inclusive dos que vivem há muito tempo naquela região, mas que pode ser considerada, conforme mostram essas imagens, como um santuário ecológico em plena Caatinga, no Semiárido do Brasil. Essa talvez já seja uma premissa básica do que vamos expor aqui.

Peço desculpa, mas devido ao tempo, vou passar algumas lâminas com mais rapidez.

Meu nome é Benedito Rubens Luna de Azevedo e faço parte do Instituto CO² Zero. Há 20 anos trabalho no Cânion do Rio Poty, sobre o qual faço uma pesquisa. Sou cientista social especialista em conservação de arte rupestre. Esse é um trabalho que desenvolvo e vai se consumir, no próximo ano, em um livro sobre as lendas do Poty.

O Poty é um rio valente por natureza e sua bacia tem uma conformação no sentido leste-oeste, sendo a parte mais alta no leste, descendo para o oeste, até se encontrar com o Rio Parnaíba, em Teresina.

O eslaide mostra onde fica a área da bacia hidrográfica do Rio Poty. A sua localização é no Olho D'água da Gameleira, na Fazenda Jatobá, Município de



Quiterianópolis. Até então, e ainda hoje, essa era uma informação meio que discriminada ou desconhecida. Os livros de História consideram que o Rio Poty nasce na Serra da Joanhina, na junção de dois riachos, o Fundo com o Cipó. Depois desses estudos, pudemos comprovar que isso é uma falha, pois o rio cresce um pouco mais e vai nascer nas fraldas da Serra da Ibiapaba, em uma região chamada Olho D'água da Gameleira, no Município de Quiterianópolis.

Por meio do mapa a seguir, de 1760, percebemos que já naquela época se conhecia o Alto do Rio Poty e essa dinâmica sobre a qual vamos conversar um pouco.

O Rio Piauí tem um arco de serras na sua região leste que vai até o litoral — e nós estamos falando da região norte do Estado do Piauí, onde existe essa grande serra chamada Serra da Ibiapaba, que é uma *cuesta* que fica na parte mais alta desse grande circuito. Podemos observar na imagem um corte nessa grande serra: o Cânion do Rio Poty — essa fenda nessa grande *cuesta* com mais de 400 quilômetros de extensão, com largura aproximada de 60 quilômetros e altura média de 700 metros.

Nesse eslaide, outros mapas, de 1861, permitem que se perceba a dinâmica dessa fenda. Ela é chamada, pelos moradores locais, de Boqueirão do Poty ou Boqueirão da Oiticica, porque eles não conheciam a denominação cânion. Nós usamos essa nomenclatura mais moderna, no entanto, para eles é o boqueirão, a boca grande, aquela que absorve a água do alto e desce para o baixo e para o médio.

Aqui vemos um pouco a dinâmica do rio até a Serra da Ibiapaba e Jatobá. Ele faz uma inversão. Existem contrafortes aqui, inclusive a Serra da Joanhina, onde se imaginava ser a nascente; depois ele migra para Quiterianópolis, passando ao lado da cidade, por volta de 40 quilômetros, e desce.

Eu falei um pouco sobre esse imbróglio da nascente, mas hoje a Agência Nacional de Águas corrobora o que eu falei sobre a nascente do rio, até porque quem vai até lá percebe que a nascente ainda tem água, é a mais forte, a mais alta e é uma referência econômica e social para a região.

Essa é a imagem da nascente do rio. Esses são os paredões da Serra da Ibiapaba.



É interessante mostrar que a nascente tem duas variáveis: uma externa e uma interna. Na externa, a vazão fica abaixo desses paredões, ali, naquele canto. E a interna é uma caverna onde há uma pinga, como eles chamam a piscina natural, como se fosse o primeiro veio desse belíssimo rio.

Aproveito a oportunidade para contar uma pequena história sobre essa nascente interna. Ela era fechada antigamente, dizem os locais, e ninguém a conhecia. Certa vez, um vaqueiro que ia descendo a serra, com muita sede, parou em frente a essa caverna que estava fechada na época. O cachorro dele, também com muita sede, começou a cavar o chão e entrou na terra. O vaqueiro ficou preocupado, com medo, mas 10 minutos depois o cachorro voltou todo molhado. Então, ele percebeu que lá havia água. Cavou e encontrou essa belíssima fonte hídrica, que se imagina que os indígenas tenham fechado por uma estratégia de guerra — fechar as áreas de acesso à água.

O Rio Poty passa por Quiterianópolis, desce mais ao norte e chega à cidade de Crateús, a 70 ou 80 quilômetros, mais ou menos. Chegando lá, ele fende rumo a oeste, tentando encontrar aquela fenda que os senhores viram.

Essa é a imagem da entrada do Boqueirão. Ali é o Distrito de Ibiapaba, que fica circunscrito ao Município de Crateús, no Ceará. Por isso, consideramos que o início do cânion é exatamente onde está aquela belíssima cidadela.

Nessa imagem, o trem passa exatamente pela estrada de ferro que liga Fortaleza a Teresina, por onde se escoam os produtos do cânion. Na época, essa construção foi uma obra de engenharia de intensa importância e valor, pela dificuldade que os engenheiros tiveram na década de 60 e 70 para concluir a ligação entre o Piauí e o Ceará por meio do cânion. Por mais de 20 quilômetros, existem os trilhos, os paredões e o rio, ao seu lado, sugerindo, então, minha gente, que podemos ter isso como um atrativo turístico e usar a estrada de ferro para facilitar esse acesso. Com certeza, a logística seria bem mais barata.

Nesse mapa podemos ver a Serra da Ibiapaba, e o cânion fendendo aqui, passando por essa falha geológica e indo desaguar em Teresina.

Nessa vista aérea também notamos exatamente esse corte. Os paredões que vemos têm 600 metros, 700 metros de altura. É tão grande esse movimento que quem está lá dentro nem percebe que está cruzando essa grande fenda. Lembro-me



que um estudioso amigo nosso fez essa rota de barco, cruzando o cânion, e depois me perguntou: “*Rapaz, cadê o cânion?*” Ele não percebeu que estava passando pelo cânion.

Vemos também, nessa entrada, em uma vista mais aérea e mais inclinada, o rio migrando. Ele vem de Quiterianópolis, passa por Crateús e migra. Os geólogos, principalmente, sugerem que o rio tinha outra direção: ele ia para o Ceará, mas, com a mudança tectónica, acabou encontrando essa nova rota para o Piauí, uma rota interessante, já que nasce no leste e deságua no oeste.

Vou falar um pouco da importância do rio, começando por sua arqueologia. Vemos que o cânion foi aproveitado pela água, pela questão da declividade, mas o homem também se aproveitou desse mesmo artifício, desse mesmo cânion, para desenvolver as suas ocupações e povoações.

Percebemos, pelo volume e a quantidade de gravuras, que o Cânion do Rio Poty funcionou como uma rota leste/oeste também para os antigos. Há mais de 50 mil gravuras rupestres no Cânion do Rio Poty, dando condição a considerarmos que ele é um complexo arqueológico, senão o maior, um dos maiores do mundo. Só essa observação já faz, então, uma referência da importância de criarmos uma Unidade de Conservação Federal nessa região.

Vindo mais para o nosso tempo, temos também a ocupação dos colonos, dos bandeirantes. Essa bacia foi muito reverenciada por um cidadão de São Paulo chamado Domingos Jorge Velho. Acredito que esse bandeirante entrou na ordem da literatura acadêmica de muita gente. Ele teve uma importância muito forte na região, porque foi o primeiro colono a implantar várias fazendas, mais de 30 fazendas, em toda a bacia do rio.

Domingos Jorge Velho saiu da Bacia do Poty, com 1.300 arcas, índios, e foi destruir Palmares. Então, ele saiu do Piauí com os índios para destruir Palmares. E dizia que um índio piauiense valia por sete do Exército português, porque o índio do Piauí era valente, forte, sabia táticas de guerra, era bilíngue e muito forte. Essa era a perspectiva do índio daquela época, e não a ideia que temos de alguém que sem capacidade de realizar grandes feitos.

Falando ainda de Domingos Jorge Velho, ele antes passou pelo Rio Grande do Norte, destruiu rebelião os índios janduís em uma e partiu para Alagoas para



destruir Palmares, com os índios do Piauí; é claro, com a participação de outras tropas do País.

Na imagem, o cânion, ao fazer essa volta e cruzar a serra, forma painéis pictóricos maravilhosos. Eu estou trabalhando há 20 anos e conheço, talvez, 30% desse potencial. Em 2003, fiz toda a viagem: da nascente até a cidade de Teresina. Sou natural de Teresina. Passei 65 dias fazendo essa viagem e posso dizer a vocês que a região do cânion oferece diversas opções pictográficas, opções de banho e de lazer. A região chega a ter 180 quilômetros de extensão, desde o seu início até o seu final, depois de Castelo do Piauí.

Outra feição do rio é a paisagem maravilhosa. Esse cânion chama-se Cânion do Amarelo, ou Canal do Amarelo. Na verdade, os ribeirinhos não conheciam o cânion, então, eles o chamavam de canal. Há mais de 30 canais, desde o primeiro, que é o Poço de São Bento, eles chamam de poço, até o último, próximo a Castelo, favorecendo essa magnífica e exuberante natureza.

Falando um pouco dos problemas ambientais, sabemos que é essa é uma região — e estamos aqui por causa disso — em que não há Unidades de Conservação. Na verdade, existe um parque municipal criado na cidade de Castelo do Piauí, o Parque Municipal da Pedra do Castelo, cuja pedra é considerada o farol do cânion, ela se situa no baixo cânion.

Voltando aos problemas, há deposição inadequada de resíduos sólidos, a questão das comunidades. A mineração na região do cânion é uma questão muito séria, porque há exploração de ouro totalmente ilegal em cima de um sítio arqueológico de gravuras rupestres. Imaginem!

E o Governo do Ceará, Sr. Secretário, liberou uma licença e eles já estão explorando. Era uma licença de pesquisa para a exploração de cal, então está tudo errado! Se deixar, a coisa cresce com muita rapidez, o senhor sabe disso. Então, pedimos muito o apoio da Secretaria para coibir essa mineração que está sendo cruel para o cânion.

Não vou falar de todos os problemas, mas vou falar um pouco da pesca criminosa. Há uma comunidade às margens do rio que, muitas vezes, não recebe alimentos. Por quê? Porque vêm os pescadores, profissionais ou amadores, para os Municípios em volta — Milton Brandão, Pedro II, Crateús, Poranga e cidades



próximas —, e usam malha fina, desbastam arbustos da área da margem para ter espaço, usam dinamite para explodir e matar os peixes por pressão, e usam veneno para tirar o oxigênio do rio e assim matar os animais.

Isso é triste e uma situação muito grave. Os peixes maiores ficam lá nas locas, 6 metros a 10 metros de profundidade, e não absorvem o veneno na hora, mas vão morrendo aos poucos. Dias depois de colocarem o veneno, vemos grandes surubins e branquinhas, Deputado, expostos mortos, porque demorou mais tempo para a morte desses peixes e eles nem os levaram. Então há a perda desse banco genético e a falta de alimento no prato do ribeirão. Eles comem o alimento do ribeirão, porque pescam e caçam de maneira predatória. E eu peço muito aos dois Secretários de Estado, novamente, para que se possa desenvolver uma política antecipada de criação das Unidades de Conservação, para coibir a atividade predatória.

É bom lembrar, pessoal, que nós temos um projeto do Governo Federal de criação de uma grande barragem dentro do cânion. E esse mosaico que estamos propondo de criação de Unidades de Conservação, em toda a área dos 180 quilômetros, considera, então, a área da barragem e evita a criação de Unidades de Conservação dentro da bacia hidráulica da barragem. Ela fica de fora desse projeto. Eu vou mostrar a vocês mais à frente.

Concluindo, sabemos o quanto as mudanças climáticas são preocupantes. As imagens mostram a eutrofização natural desses poços, pela redução da carga de água que é transitada por lá.

Aqui há a exploração do ouro, como eu havia falado para vocês. É exatamente no talude que eles retiram todos esses blocos. Há um sítio arqueológico lindíssimo, e na primeira vez em que eu estive lá com a Polícia Federal, a área antropizada era bem menor. Agora nós voltamos com o Secretário do Meio Ambiente, em uma grande expedição que nós fizemos, no final de julho, e a área já está bem de maior, não é Secretário? Portanto, senhores membros da Mesa, Srs. Deputados, essa é uma questão prioritária.

A exploração de ardósia fica no médio cânion e também precisa de regulamentação. Está havendo uma extração totalmente criminosa, nas margens do



rio, para a retirada da pedra de castelo, pedra de juazeiro ou ardósia, e há um acúmulo de resíduo muito grande no leito do rio.

Pensando nessa dimensão de 180 km e considerando a impossibilidade de realizarmos uma preservação coerente com apenas uma Unidade de Conservação, foi sugerida, por mim, através de reuniões com várias instituições, a criação de um mosaico de Unidades de Conservação. Esse mosaico teria condições de criar um modelo de gestão se utilizando de pequenas Unidades Conservação em áreas importantes, mantendo as comunidades no seu lugar e transformando-as em parceiros da preservação e gestão desse cânion.

As imagens a seguir mostram um pouco dessa dinâmica nessa área do Piauí e do Ceará, em destaque. E nós vamos falar um pouco desses projetos, partindo do primeiro, no Ceará, até o último, em Castelo do Piauí.

Esse último aqui seria um parque estadual, por suposição, porque está em região do Ceará, com gestão dos cearenses, da forma como acharem conveniente. Seria aquele boqueirão, aonde vimos o trem, uma parte extremamente linda e pouco populosa. Ela tem que estar dentro dessa perspectiva de uso sustentável.

Nós circulamos por sítios paleontológicos importantíssimos de serem preservados; sítios culturais coloniais, que são os currais de pedra. Imaginem que, no século colonial, essa grande passagem também funcionou como vórtice econômico para aquela região, porque por ali passavam milhares de reses para serem vendidas em Pernambuco, no Ceará e na Bahia. E esses currais de pedra, que podem absorver de 50 a 2 mil ou 3 mil reses de uma só vez, são maravilhosos e estão lá há centenas de anos.

Descendo o rio, passando por onde estão projetadas pequenas Unidades de Conservação, que podem ser RPPNs — Reserva Particular do Patrimônio Natural, que podem ser reservas naturais ou paleontológicas, chega-se a essa região muito importante, o Poço da Bebidinha, onde as gravuras rupestres mais lindas de todo o cânion formam uma esteira de 50 quilômetros. Essa área é prioritária. Nós estamos falando do sítio mais importante, das gravuras rupestres mais representativas e também de uma grande serra, a chamada Serra do Barreiro. A Serra da Baleia fica mais atrás.



É uma área totalmente desabitada, em que não há uma demanda muito grande para a retirada de população, caso realmente essa área venha a ser transformada em parque nacional. Se nós queremos proteger essa beleza, esse patrimônio, essa é a região prioritária. Precisamos, realmente, concentrar esforços para transformá-la numa Unidade de Conservação Federal.

Descendo um pouco mais, chega-se a uma região muito linda, onde há fendas maiores. Há um projeto do CPRM, Serviço Geológico do Brasil, de criar ali uma Unidade de Conservação internacional. O Geoparque é um projeto que já está em andamento, e depois eu posso explicar aos senhores toda essa ideia, que é muito interessante. Esse projeto entraria também nessa perspectiva de mosaico e não estaria incongruente com a nossa proposta, então nós absorvemos a ideia do geoparque.

É importante que haja sobreposição de Unidades de Conservação. Pensando nisso, sugerimos, no nosso modelo, uma APA — Área de Proteção Ambiental que seria uma Unidade de Conservação guarda-chuva para todo o cânion, com extensão de 30 quilômetros de uma margem à outra.

A atividade econômica de toda a região do cânion estaria, por lei, por necessidade, é óbvio, liberada pelos órgãos de meio ambiente. E eu falo isso porque há pressão econômica na região com a exploração de ferro, de ouro e de ardósia, como vocês viram. Não se deve pensar em acabar com essas atividades econômicas, mas em torná-las sustentável, de modo que sejam revertidas em benefício do cânion.

Aquela ardósia que vocês viram, na verdade é um quartzito, vamos dizer assim. É uma rocha muito bonita e serve para todo tipo de revestimento, de divisórias, de mesas. Mas o resíduo é muito grande, por volta de 70%. A perda é muito grande e o resíduo fica todo no chão. Ele pode ser aproveitado para estradas, para conservação de talude. A ideia não é perder a atividade econômica, e, sim, criar as condicionantes ambientais para que seja sustentável.

Então, como eu disse, a área da bacia hidráulica da Barragem de Castelo foi deixada de lado. E já está criada a RPPN Marvão, a única de todo o cânion.

Aqui temos a RPPN Serra das Almas, da Associação Caatinga, que fica na área de amortecimento, de entorno do Alto Cânion do Rio Poti, no Ceará. Eles estão



fazendo um trabalho muito bonito de conservação da Caatinga. Estamos atuando nesse projeto em comum acordo.

Voltando, vocês vêm que esta área da bacia vai proporcionar que alguém que esteja aqui, no Baixo Cânion, próximo a Castelo do Piauí e Juazeiro — esta estrada liga Teresina a Crateús — possa sair de barco e subir o cânion por 50 quilômetros para visitar as áreas mais importantes. Essa é mais ou menos a razão de se dizer que a barragem é importante para a região. Nós vamos perder alguns sítios arqueológicos, mas os mais importantes vão ser preservados. Então, a barragem não impede a concepção deste mosaico de unidades de conservação, ela pode interagir com ele. Acredito que é necessário que meio ambiente e empreendimento andem sempre de mãos dadas, não um contra o outro.

Para concluir, falo do último dos grandes e belos poços, que fica na foz do Rio Cais, já depois de Castelo do Piauí, um dos mais belos, apesar de menor, o Cânion da Pedalta. Esta é a proposta do mosaico de unidades de conservação. Espero ter mostrado um pouco da beleza e do potencial do cânion.

Sei que meu tempo acabou, mas eu queria passar o restante das lâminas rapidamente.

Em sequência, desde o início, aqui é o Boqueirão do Poti, um parque estadual. Esta é a área mais alta, a da serra, que vocês viram.

Aqui é o Parque Paleoarqueológico Jardim dos Trilobitas, na RPPN Curral de Pedra.

Estas gravuras representam a RPPN Sítio das Calangas, muito belo também. Fica mais abaixo.

Aqui temos o Parque Nacional Cânion do Rio Poti, onde fica a Serra do Barreiro, linda, e outras áreas desconhecidas por todos nós, até por mim mesmo. Precisamos fazer um levantamento urgente desta área, porque se trata de Caatinga preservada desde o período colonial. Não há uso e ocupação desta região.

O Parque Nacional do Cânion do Rio Poti tem todo este potencial. As gravuras são as mais belas e a paisagem, especialíssima.

Como eu havia dito, existe esta área do Parque Municipal do Poço Comprido, muito bonita, que fica na foz do Rio Macambira, onde há gravuras lindíssimas.



Aqui é o Parque Estadual Geoparque, próximo da bacia hidráulica da barragem. Esta é a região mais aproveitada pelos turistas e a mais impactada.

Já estamos trabalhando nos estudos — posso dizer com antecipação — para que aqui seja criado o primeiro parque estadual, e o Secretário Ziza já se colocou à disposição para que nós façamos isso por meio de compensação ambiental. É importante e urgente a criação de um parque, que seria também área do Geoparque. Vocês veem como o local é belíssimo.

Aqui já é Juazeiro do Piauí, onde temos o Parque Municipal Pedra do Castelo. Esta é a Pedra do Castelo, que fica a 2 quilômetros do rio. Deste lado, em Juazeiro do Piauí, nós faríamos um parque municipal, para a preservação das duas áreas.

Este é o último parque de que falei, o Parque Estadual da Pedalta. Aqui é Castelo do Piauí, aqui, Novo Santo Antônio e aqui, a foz do Rio Cais. Então, esta área seria necessariamente uma unidade de conservação, provavelmente estadual, por causa dos dois Municípios.

Este é o meu nome.

Agradeço muito a participação a todos. Espero que tenha sido aproveitável esta viagem por um dos cantos mais belos deste mundo, um patrimônio que acredito ser internacional, pelo seu potencial.

Às instituições, deixo meu louvor por estarem aqui e já terem disponibilidade. Em 2010, quando eu ainda trabalhava no Município de Buriti dos Montes, foi elaborado ofício solicitando uma unidade de conservação para a região. Então, já existe o processo. Nós podemos dar continuidade aos estudos, tão necessários.

Mais uma vez, quero agradecer à comitiva que veio de toda a Bacia do Rio Poti, desde a nascente até Teresina, incluindo Quiterianópolis, Novo Oriente, Crateús, Buriti dos Montes, Castelo, Juazeiro e Prata. Eu queria que ela se levantasse para nós darmos uma salva de palmas, por favor.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Eu fico à disposição para responder às perguntas.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Peço que seja questão de ordem, porque ainda estamos na fase das apresentações, Deputado Silas Freire.

Aproveito para saudar V.Exa. e os Deputados Arnaldo Jordy, Paulão e Roberto Balestra, que se fazem presentes.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu queria fazer uma solicitação a V.Exa., se nos permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Quero louvar sua iniciativa de convocar este belíssimo encontro e solicitar, dado o fato de que temos alguns oradores e eu tenho outros compromissos não como membro desta Comissão, mas como Deputado piauiense e interessado no assunto, seja disponibilizado à bancada do Piauí, em especial, e demonstro meu interesse, o material didático apresentado nesta audiência, bem como as posições das autoridades aqui postas.

Infelizmente, não vou poder ouvir todos porque tenho reunião da Frente Parlamentar da Radiodifusão daqui a pouco.

É a solicitação que faço a V.Exa. e aproveito para fazer uma observação ao Prof. Rubens Luna: a pedra é de Juazeiro do Piauí e de Castelo do Piauí.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Ela não é só de Castelo.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Só falam em Castelo, mas Juazeiro detém um lado da pedra também.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Deputado, eu falei.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Faço a defesa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Serei também muito breve.

A importância desta audiência pública é enorme não só para essa região, mas para tantas outras que necessitam deste debate de associar a preservação ao turismo, ao desenvolvimento. Enfim, esta discussão é ótima. Parabéns, Prof. Luna e demais presentes.



Eu tenho um compromisso às 12h30min e provavelmente não voltarei mais aqui. Infelizmente, perderei o debate, mas deixo meus parabéns.

Da mesma forma, Deputado Silas Freire, nós podemos acessar as informações para continuar contribuindo com este tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Saúdo também os Deputados Leonardo Monteiro e Toninho Pinheiro, que se fazem presentes.

Dando sequência a nossa audiência pública, chamo para fazer uso da palavra o Sr. Fábio José Lustosa Ferreira, Superintendente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, no Piauí, saudando-o pela posse recente.

O SR. FÁBIO JOSÉ LUSTOSA FERREIRA - Bom dia a todos.

Na pessoa do Deputado Rodrigo Martins, eu saúdo a Mesa, o Deputado Federal Silas Freire e demais Deputados presentes.

Senhoras e senhores, pessoas que vieram prestigiar este momento, eu também sou da universidade federal e já visitei essa região, desci de barco do Ceará ao Piauí, há cerca de 10 anos, inclusive na companhia do Prof. Rubens Luna, que me antecedeu. Por isso pedi para fazer minha apresentação logo na sequência.

Vou me ater a uma atuação do órgão que represento, com muita honra, como Superintendente no Estado do Piauí, ao patrimônio arqueológico já registrado e às atividades que o IPHAN vem desenvolvendo desde 2000 como órgão responsável por esse patrimônio.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Prof. Rubens Luna já mostrou esta imagem geral de proposta de um mosaico de unidades de conservação. É uma região de ocupação colonial, com gado, há 400 anos, desde a chegada dos portugueses ao Brasil; é uma ocupação antiga, com populações pré-cabralinas já ocupando o lugar; é uma área rica em recurso natural. Então, a ocupação humana sempre se fez presente nesses locais.

Estes são os Municípios que foram desmembrados. Nas primeiras divisões do Piauí, ainda no período colonial, a região era conhecida como Marvão, área riquíssima em recursos naturais, com muitas formações, com água.

Esta é uma paisagem característica do local e o rio. É um passeio, diga-se, que funciona no verão. No inverno nós descemos de barco e não vemos isto porque



a quota de água sobe muito e guarda, então, estes poços. Nesse cenário encontramos um conjunto muito representativo, mas ainda pouco estudado. O próprio IPHAN registra em torno de 50 sítios, que, num conceito técnico de arqueologia, podem englobar milhares de figuras, de pinturas, de gravuras. No caso, a tônica são as gravuras.

Tradicionalmente, as gravuras se encontram nas margens dos corpos d'água. Onde há pedra, geralmente há a gravura conhecida como itacoatiara. Temos no Brasil inteiro este tipo de manifestação das sociedades pré-cabralinas, assim como em outras sociedades na África, na América do Norte. Enfim, em todos os continentes encontramos esse tipo de manifestação.

Na representação disso hoje para o estudo desse segmento da arqueologia, nesta região do Cânion do Alto Poti nós temos não somente gravuras, mas também já foram identificados sítios arqueológicos, com material lítico, como são chamadas as lâminas de machado ou de outros tipos de artefatos que eram fabricados, produzidos por aquelas populações, que dominavam as técnicas dos materiais hoje encontrados nesses sítios arqueológicos. Na verdade, as lâminas eram instrumentos usados para cortar, para raspar. Eram os equipamentos tecnológicos que usavam no seu cotidiano, nas suas técnicas de sobrevivência. Então, é uma região que apresenta considerável acervo. Nós temos detalhes das gravuras predominantes na região e vou passar algumas imagens dos tipos de gravuras.

Como disse inicialmente, os estudos arqueológicos nesse domínio da arqueologia ainda estão numa fase inicial, que demanda muitas equipes. Os trabalhos começaram em 2000. O IPHAN, desde então, está presente na região documentando, com a responsabilidade de proteger o acervo dos sítios que já estão catalogados, registrados.

Como ilustração, as gravuras são figuras geralmente geométricas, mas com grande significado quando começam a ser estudadas, pesquisadas, porque existem as questões técnicas, as questões de estilos, existe toda uma tradição relacionada ao tipo de tecnologia que o homem utilizava na pré-história na região.

Temos aqui alguns exemplares de material feitos com pedra, conhecidos popularmente como “do tempo da pedra lascada”, que encontramos.

Estes são sítios arqueológicos.



À medida que formos aprofundando o estudo, vamos poder reconstituir, com mais precisão, esses cenários que o homem viveu no passado. Não podemos dizer agora que período foi, o tempo de datação — 2 mil, 3 mil, 5 mil anos. Estamos numa fase de estudos iniciais ainda, mas podemos afirmar que houve a presença do homem, com material, com artefatos, com instrumentos, com utensílios que usou. A prova são estes testemunhos.

Temos figuras representando mãos, figuras geométricas bem elaboradas, figuras concêntricas. O acervo é muito rico em termos de diversidade de figuras, de gravuras.

Outras imagens mostram exatamente essa diversidade. Temos a impressão de que são mãos. São coisas mais específicas, mas é possível perceber a quantidade e a qualidade desses registros gráficos que o homem deixou nesses paredões, nessas rochas lavadas pelo rio, que vão sendo polidas, modeladas.

A história desta que se chama Pedra do Castelo começou por conta deste sítio que, num passado mais recente, era utilizado como cemitério pelos caboclos que moravam na região, para sepultamento.

No passado já falavam na Pedra do Castelo. Depois houve o desmembramento de outros Municípios, como Juazeiro do Piauí. Com todo esse desmembramento, as novas instâncias municipais também começaram a chamar a atenção para esses domínios, mas, digamos assim, o pontapé inicial foi o sítio Pedra do Castelo, que todo piauiense, teresinense, em geral, conhece, sobretudo da região de Campo Maior e Castelo do Piauí, porque é uma formação rochosa monumental, onde existe um parque municipal voltado para as gravuras presentes na região.

O Prof. Rubens já mostrou, com muita propriedade e, sobretudo, ilustração, a riqueza desta região e as possíveis criações de unidades que venham a ser discutidas pelo setor técnico do Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

O Piauí, nesse aspecto, possui alguns parques nacionais: o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, o Parque Nacional da Serra das Confusões, o Parque Nacional da Serra da Capivara, a APA do Delta, a RESEX Marinha do Delta, sobreposta à APA do Delta. Digo isso porque atuo na área de meio ambiente dentro da universidade federal. Então, conheço com profundidade alguma destas unidades de conservação.



Agradeço a todos a presença e encerro minha fala.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Agradeço ao Sr. Fábio José Lustosa Ferreira a apresentação, já nos colocando à disposição para contribuir com o IPHAN no que for possível.

Dando sequência, convido para fazer uso da palavra o Sr. Fernando Tatagiba, Assessor do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. FERNANDO TATAGIBA - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Rodrigo Martins e estendo o cumprimento à Mesa.

Sou Fernando Tatagiba, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, trabalho na Secretaria de Biodiversidade e Florestas, no Departamento de Áreas Protegidas. Sou biólogo, botânico e fotógrafo.

Já peço desculpas, em nome da Secretária Ana Cristina Barros, que estava retornando do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado esta semana em Curitiba. Seu voo, no início da manhã, foi cancelado e eu fui escalado, de última hora, para representar a Secretaria nesta audiência.

A ideia, especialmente depois das aulas do Prof. Rubens Luna e do Superintendente Fábio Lustosa, é dar um panorama da proteção desta região do Rio Poti no contexto da conservação da biodiversidade no bioma Caatinga e no País.

Por solicitação do Deputado Silas Freire, a apresentação vai ser disponibilizada — ela é um pouco extensa não vou me ater aos pontos —, para que os membros da comitiva tenham oportunidade de ter contato com a legislação que rege a criação de unidades de conservação e como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação está estruturado, ou seja, qual é o papel do Ministério do Meio Ambiente até um proprietário privado que deseja instituir reserva particular.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Não preciso falar de Caatinga para os catingueiros, mas fica a informação: é bioma riquíssimo do ponto de vista da biodiversidade, uma das regiões semiáridas mais biodiversas do planeta, que hoje tem mais de mil espécies de plantas já catalogadas — sou botânico de formação. A estimativa ultrapassa 3 mil espécies.



Esse movimento, que é exemplar, se encontra com o desafio que o País tem de conservação da biodiversidade nos ambientes marinhos e terrestres, meta instituída no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica e recepcionada pelo Brasil no sentido de que temos o compromisso estabelecido nacional e internacionalmente de conservar pelo menos 17% das áreas terrestres na forma de territórios especialmente geridos em algumas condições.

A principal figura de território especialmente gerido para fins de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais são as unidades de conservação, cuja previsão se encontra na Constituição Federal, e são recepcionadas por lei específica que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC. Para os entusiastas, leigos e profissionais é importante conhecê-la, porque ela oferece um conjunto de possibilidades no momento ou nos processos de criação de unidades de conservação, como o Prof. Rubens muito bem colocou, inclusive citando a figura de um mosaico de unidades de conservação, previsto também pela lei.

Então, é importante conhecermos essa legislação, porque ela dá a estrutura de gestão do SNUC, que tem o Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA como o órgão normativo, deliberativo e consultivo. O Ministério do Meio Ambiente tem a finalidade de coordenar, ou seja, de articular, de propiciar o diálogo, de estar aberto para fazer pontes.

No meu entender, os principais órgãos são os executores. No Governo Federal, é o Instituto Chico Mendes, autarquia responsável pela gestão das mais de 300 unidades de conservação federais. Os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente também figuram na lei como executores das unidades de conservação. Eu incluiria ainda os proprietários privados de Reserva Particular do Patrimônio Natural — RPPN como membros do SNUC, que estão abarcados pelos órgãos estaduais, municipais e federais, que reconhecem as RPPNs.

O Prof. Rubens falou de uma série de categorias de unidades de conservação. Então aqui fica para os senhores conhecerem e se aprofundarem. A lei estabelece o conjunto de possibilidades de uso direto ou indireto, em função das diferentes categorias, das possibilidades ou do grau de restrição ao uso, em dois grandes grupos: das unidades de conservação de proteção integral e das unidades de conservação de uso sustentável. Vamos passar rapidamente por eles.



Aqui está o *status* de conservação do bioma Caatinga na modalidade de unidades de conservação. Ou seja, ainda há muito que avançar, se o Brasil realmente desejar alcançar aquela meta de 17% das áreas terrestres conservadas na forma de espaços territorialmente protegidos. Hoje, pouco mais de 7,5% da Caatinga está protegida na forma de unidades de conservação, sendo que apenas pouco mais de 1% são unidades do grupo de proteção integral, ou seja, parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas e outras. Quer dizer, o desafio para alcançarmos 17% de conservação no bioma ainda é enorme.

A visão que o Ministério tem é que as unidades de conservação não são a única forma de conservação da biodiversidade. Outra maneira está prevista na Lei de Proteção da Biodiversidade, aprovada recentemente nesta Casa, o popular Código Florestal, que traz uma forma extremamente benéfica, efetiva e eficaz de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, que é a conservação em imóveis privados na forma de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Em analogia com o SNUC, poderíamos comparar uma APP com uma unidade de proteção integral e uma reserva legal com uma unidade de uso sustentável. Ou seja, as duas têm a finalidade de conservação de recursos naturais, mas, para as duas, é permitida uma série de possibilidades de usos diretos e indiretos.

Aqui é o panorama do cadastramento. Esta informação eu tirei de um boletim que está disponível na página do Serviço Florestal Brasileiro. Estes dados são de agosto de 2015 e mostram o percentual da área cadastrada por região. A Região Norte está mais avançada. Para a Região Nordeste, ainda é grande o desafio de chamar os produtores rurais, proprietários e posseiros para cadastrar seus imóveis, propriedades ou posses, de forma que eles mesmos tenham uma visão bem objetiva da sua propriedade e possam planejar a ocupação, o uso e a conservação dos recursos naturais, que são, obviamente, aliados da sua produção.

Aqui está o extrato de todos os Estados do Nordeste. Não vou passar um a um, mas ficam à disposição dos senhores: Ceará, pouco menos de 9% dos imóveis cadastrados; Sergipe, vinte e poucos por cento; Rio Grande do Norte, 24%; Pernambuco, 3,5%; Paraíba, 10%; Maranhão, 88%; Piauí, quase 18%. O prazo se encerra em maio do ano que vem. Então, o dever de casa é grande para todos nós,



Governo Federal, em parceria estreita com os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade civil.

Quero compartilhar com os senhores alguns desafios para a coordenação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Alguns deles caíram no colo principalmente de quem faz a gestão das unidades de conservação, que são o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, os Estados, os Municípios e os proprietários de RPPN, que oferecem para a sociedade a proteção daquele ativo ambiental e arcam com os ônus de manutenção e gestão do território.

Então, temos o desafio muito grande de criar novas unidades de conservação não só para alcançar a meta numérica, mas para a sociedade brasileira ter um sistema de unidades de conservação que conserve de forma bem representada todos os ecossistemas que detemos e as espécies que possuímos. Como já foi dito, o Brasil é um país megadiverso, com mais de 40 mil espécies de plantas e com milhares de espécies de fauna também.

Outro desafio é conectar ações, medidas de conservação entre os ecossistemas, um planejamento integrado não só do ponto de vista ecossistêmico, mas institucional. Isso é fundamental.

Por isso, é motivo de alegria estar na Câmara dos Deputados e compor esta Mesa com um Deputado que é também Secretário de Meio Ambiente de um Estado belíssimo, riquíssimo em patrimônio natural, padrinho da minha filha, Luna, guia turístico e que pelo menos três vezes por ano sai da Chapada dos Veadeiros, onde mora, para fazer um trabalho de observação de megafauna no Piauí. Eu ainda não tive a oportunidade de ir, mas já está no calendário e espero ir em breve.

Outro grande desafio é implementar efetivamente as unidades de conservação, fundamentais para os gestores federais, estaduais e privados. No mesmo momento em que se pensa a criação das unidades de conservação, é primordial que se tenham estratégias administrativa e financeira — ingresso de recursos financeiros de diversas fontes — e articulação de parcerias para podermos tocar sua gestão, observando o vasto leque de possibilidade de uso: pesquisa, turismo, recreação, manejo direto dos recursos naturais.

Outro desafio é compatibilizar conservação com desenvolvimento, como muito bem foi dito pelo Prof. Rubens Luna. Não tem cabimento pensarmos



conservação da biodiversidade e desenvolvimento de forma dissociada. É fundamental que a conservação da biodiversidade esteja no planejamento dos empreendimentos industriais, dos empreendimentos produtivos de maneira geral e da sociedade como um todo. Estamos falando aqui de um patrimônio que é de todos nós. O patrimônio natural é a base para o desenvolvimento de diversos setores produtivos do ponto de vista de produtividade econômica.

Então, essa dicotomia é uma farsa. Não existe desenvolvimento econômico sem base de conservação de recursos naturais, em qualquer que seja o setor: industrial, agrícola, familiar ou agrícola-industrial.

Outro desafio é divulgar a importância ambiental, social e econômica das unidades de conservação para a sociedade, que têm o potencial de gerar muita riqueza, inclusive financeira.

Como eu disse, fui escalado para compor esta Mesa hoje às 6 horas da manhã. O material que pude pesquisar traz esta fala do Deputado e Secretário Ziza Carvalho: *“É importante que se criem Unidades de Conservação para proteger as áreas naturais do Estado, e o Governo do Piauí, através da SEMAR está se esforçando nesse sentido”*. Para um técnico que trabalha num órgão com a função de articular o SNUC, isso é música, Deputado.

Temos a convicção de que o alcance daquela meta não vai acontecer pelo esforço isolado do Governo Federal nem de ninguém. Só vamos conseguir criar um mosaico de unidades de conservação ou alcançar um grau de conservação efetivo para o bioma se nos articularmos: se trabalharmos e discutirmos juntos, desde a etapa de planejamento até a de gestão das unidades de conservação.

Todos os senhores são muito bem-vindos ao Ministério do Meio Ambiente. Visitem nossas páginas. As informações sobre as unidades estão disponíveis no Cadastro Nacional de Unidade de Conservação, que traz informações gerais sobre todas as unidades de conservação, federais e privadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Como já houve aqui prerrogativa a outros Deputados que explicaram que nossa correria aqui é muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - A sessão do Plenário de ontem terminou hoje às 2h30min da manhã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Exatamente. E hoje há múltiplas atividades. Como já estou aqui há algum tempo, eu queria pedir permissão a V.Exa. e aos nossos convidados para quebrar o protocolo e dizer que vou ter que me retirar, mas que não poderia deixar de parabenizar V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ... pela brilhante iniciativa de fazer este debate na Comissão de Meio Ambiente.

Como é da tradição desta Comissão, nós podemos até ficar contemplativamente maravilhados pelo exotismo dos recursos naturais, de todas as belezas que nos estão sendo apresentadas, mas precisamos tirar alguma coisa.

Eu deixo, à guisa de sugestão, para V.Exa., que protagoniza a condução deste debate, a possibilidade de darmos uma contribuição efetiva de compromisso naquilo que está sendo aqui sugerido. Sabemos que a prerrogativa da iniciativa não é desta Casa, mas, evidentemente, passa por aqui. E eu diria que é mais do que um direito, é um dever desta Comissão ajudar a compatibilizar as múltiplas funções de um sítio que tem importância para um Município grande, porque gera recursos pelo turismo e, ao mesmo tempo, é um patrimônio da humanidade, porque é um laboratório de pesquisa, pela riqueza de fauna e flora, que não pode ser vista apenas do ponto de vista dos interesses dos Municípios. A criação dessa unidade permite com que essas atividades sejam compatibilizadas para o interesse de todos.

Eu queria deixar essa sugestão junto a V.Exa. e me colocar à disposição. Se V.Exa. achar de bom alvitre, quem sabe esta Comissão pode criar um grupo para fazer uma visita e lá conhecer de perto. (*Palmas.*) E, por favor, me inclua nessa caravana, se a proposta for acolhida. (*Riso.*)

Era o que eu tinha a dizer, desejando uma boa reunião a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Agradeço a gentileza ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, que me soprava que no seu Estado existem sítios arqueológicos, paleontológicos, para que fizéssemos uma visita.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Porque também padece do mesmo problema. Eu comentava com V.Exa. Com a criação da unidade nesse sítio arqueológico, que é muito mais conhecido, vai se abrir um paradigma para que possamos também criar essa institucionalidade para outras áreas, por exemplo, como no oeste do Pará, nos Municípios de Monte Alegre e Alenquer, até por conta de sua herança de fragmentos de civilizações incas e maias, muito próprias daquela fronteira do Brasil.

Eu só queria dizer da importância que isso tem não só em função da região do Alto Rio Poti, mas também para outras regiões que também padecem das mesmas dificuldades de não ter a institucionalidade na proteção que merecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Fica acatada na íntegra a sugestão de V.Exa. Nós vamos fazer uma visita, e V.Exa. será muito bem recebido, como de costume, no Estado do Piauí.

Aproveito para saudar o Prefeito de Crateús, Mauro Soares, Ceará, que se faz presente a esta audiência, mostrando sua preocupação com o tema, o Vereador Toré, o Prof. Otaviano e o Dr. Alexandre Maia, que representa a OAB de Crateús, muito ativo nesse debate.

Convido o penúltimo inscrito para apresentação, Sr. Aldízio Lima de Oliveira Filho, Analista Ambiental da Coordenação de Criação de Unidades de Conservação, do Instituto Chico Mendes — ICMBio.

O SR. ALDÍZIO LIMA DE OLIVEIRA FILHO - Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Rodrigo Martins, e a plenária.

Meu nome é Aldízio Lima, sou Coordenador de Criação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, que, como Tatagiba já disse, é o órgão executor, em nível federal, da política nacional de unidades de conservação, cujas atribuições vão desde proposição de novas unidades de conservação, com que trabalha nossa coordenação, até implementação, monitoramento e fiscalização.

Minha palavra vai ser bem curta, até porque os outros palestrantes já falaram bastante sobre o assunto. Vou dar apenas um panorama do que estamos trabalhando na coordenação.

Como o Prof. Rubens disse, foi encaminhado... Esta área do Alto Poti é considerada prioritária para a conservação da biodiversidade. O Ministério do Meio



Ambiente fez um estudo dos diversos biomas do Brasil e elencou algumas áreas consideradas prioritárias.

(Segue-se exibição de imagens.)

A área do Alto Poti, vocês vejam aqui no mapa, é esta circulada em amarelo, que, aqui nós vemos em verde, faz sobreposição parcial com a APA da Chapada da Ibiapaba. Ou seja, há uma unidade de conservação nesta região, o que é interessante, até porque uma das propostas é a criação de uma APA. Podemos verificar como trabalhar isso ou para criar uma APA nova ou, uma das propostas de encaminhamento, a ampliação da APA da Chapada da Ibiapaba, apesar de ser bastante extensa, com mais de 1 milhão de hectares.

A partir dessa consideração da região do Alto Poti como área prioritária, o Instituto Chico Mendes fez alguns estudos preliminares que indicam a importância da região e também que ela tem uma série de lacunas, ou seja, falta de conhecimento, principalmente em relação à fauna e à flora, porque, como em toda região, os estudos se concentraram mais nas unidades de conservação, principalmente no Parque Nacional da Serra da Capivara e no Parque da Serra das Confusões, no Piauí, e, mais acima na região do Ceará, no Parque Nacional de Ubajara.

Apesar da importância, que foi demonstrada aqui, dessa região do Alto Poty, ainda existem algumas lacunas. Então, para nós encaminharmos um processo de criação de unidade federal, precisaríamos tentar diminuir essas lacunas de conhecimento, fazendo novos estudos. No entanto, esse processo que temos na Coordenação ainda está numa fase muito preliminar. São importantes essas contribuições que estão sendo feitas aqui. Eu sugiro que o resultado desta audiência pública seja encaminhado ao ICMBio, para nós o incorporamos ao processo de discussão.

De uma maneira preliminar, nós temos algumas características dessa região que conseguimos elencar.

Ela tem cerrado rupestre numa área de transição entre as caatingas, na região do alto curso do Rio Poty e na Serra da Ibiapaba.

Ela abriga algumas das nascentes do Rio Poty e de seus principais afluentes.



Tem a presença do cânion, que é o acidente mais marcante, e, com a presença desse cânion, provavelmente, algum endemismo, ou seja, a presença de espécies, tanto animais como vegetais, que só podem ocorrer naquela área, pela própria formação geográfica da região, que pode ter barreiras geográficas. É provável que lá ocorram endemismos de espécie.

Nós identificamos que na região há exploração de pedras. Aqui está Pedra do Castelo, mas, como todo mundo já ressaltou, Castelo e Juazeiro.

Há a Serra da Gruta do Castelo, com inscrições rupestres e uma região de agricultura de pequenas propriedades. Na definição dos limites da unidade de conservação, tem que ser levado em consideração como compatibilizar o uso das áreas com a proteção ambiental.

E, também, uma das características da região é ter solos litólicos, ou seja, solos pedregosos, que não são muito aconselháveis para a criação de unidade de conservação.

O ICMBio tem um processo numa fase muito preliminar, ou seja, nós só temos alguns estudos preliminares, e precisamos ampliar essa discussão, para que, se o processo de criação de unidade de criação vier a ser federal, nós comecemos a recolher esses estudos, essas contribuições e planejar.

Eu me comprometo a levar isso à Direção do ICMBio, para nós começarmos a planejar como trabalhar essa proposta de criação de unidade de conservação também em conjunto com as propostas que estão em âmbito estadual.

A minha fala é bem sintética, até porque é interessante que abramos para os questionamentos da plenária, mas o nosso compromisso é receber essas contribuições e começar essa discussão. Agora, para a criação de unidade conservação federal, nós vamos precisar ampliar os estudos e a discussão, para darmos prosseguimento a essa proposta.

Então, queria agradecer o convite e pedir desculpas, em nome do nosso presidente, Dr. Cláudio Maretti, que está viajando justamente para o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, compromisso que já havia sido assumido anteriormente. Nós viemos aqui representar o ICMBio de uma forma mais técnica, porque é a nossa Coordenação que vai trabalhar com essas propostas de criação.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dando sequência, convido o ambientalista Francisco Soares, Presidente da Fundação Rio Parnaíba.

Eu tive a oportunidade de ser Vereador em Teresina e, desde a época em que comecei, em 2008, o Soares estava sempre à frente do meio ambiente, brigando, lutando e discutindo.

Também queria saudar o Dionízio, que está ali, com seu chapeuzinho, como sempre, e abraçá-lo.

O SR. FRANCISCO SOARES - Boa tarde a todos.

Eu quero saudar a caravana do Ceará e a do Piauí, que vieram para cá acreditando que o Parque Nacional, a APA federal vai aparecer.

Eu acredito na Secretaria de Biodiversidade de Floresta, onde eu tenho tido muito trabalho, e sabemos daquele procedimento para fazer o levantamento *in loco*. Então, eu até já adianto um pouco: a Secretaria de Biodiversidade e Floresta poderia criar um GT, um grupo de trabalho, e contar, através da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará, com professores e pesquisadores da Universidade do Ceará — eu conheço uns bons botânicos que trabalham com fauna — e da Universidade Federal do Piauí, cujo Secretário do Meio Ambiente poderá compor o GT para iniciar esse trabalho preliminar do levantamento *in loco*.

É lógico que nós não temos a menor dúvida de que a riqueza da biodiversidade lá existe; é preciso só a Secretaria de Biodiversidade e Floresta e o Departamento de Unidade de Conservação fazerem o levantamento *in loco*, considerando que se trata de uma região montanhosa, de grandes altitudes e depressões e que a fauna é muito característica de cavernas e áreas profundas, com répteis, anfíbios etc.

Mas o que eu queria dizer é que, nesse Programa de Revitalização de Bacia Hidrográfica, o Rio Poty também merece ser tratado, porque o Rio Parnaíba precisa da riqueza da vazão do Rio Poty. Nós acreditamos que não importa apenas a criação de um parque nacional, de uma APA; nós precisamos também revitalizar e proteger as nascentes, para aumentar a vazão do Rio Poty. No Rio Poty, no passado, nós tínhamos mais de 300 metros cúbicos por segundo de vazão e hoje não chegamos a 150 metros cúbicos por segundo. Isso significa que ele se tornou um rio semimorto, o que faz com que em Teresina e na sua foz, apareça, todos os



anos, uma quantidade imensa de aguapés. Isso ocorre porque a capacidade de depuração do rio é quase zero. O Rio Parnaíba também precisa da revitalização da Bacia do Rio Poty.

Isso aqui é algo de que já falamos.

Sabemos que a Bacia do Rio Poty é muito importante. São 52 mil quilômetros quadrados.

Das nascentes já se falou.

A extensão do Rio Poty é de 540 quilômetros das suas nascentes até chegar a Teresina, no Poty Velho, onde ocorre o encontro dos rios.

Ele passa por três Municípios do Estado do Ceará e 13 Municípios do Estado do Piauí. Daí a sua importância para o enriquecimento. Ele recebe grande quantidade de pequenos córregos, de nascentes e olhos de água.

Nós também não estamos nos esquecendo de dizer que as paredes do cânions não estão aí somente pela sua beleza cênica e rupestre. Em cima dessas paredes, nascem também olhos d'água que ajudam a alimentar a Bacia do Rio Poty e, conseqüentemente, a Bacia do Rio Parnaíba.

Ali estão as nascentes, que já foram mostradas.

Ali, cavernas, na Fazenda Jatobá.

Ali, o rio, quando corre, no filete.

Pois bem, já foi dito pela Secretaria que, no mapa de biodiversidade, de preservação, os cânions do Poty e o Rio se enquadram totalmente no Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Vejam essas escritas rupestres. Elas precisam ser estudadas. Elas são um patrimônio dos mais valiosos. Imaginem quantas pedras há! Só isso aí e os cânions já merecem a criação de um parque nacional do cânion do Rio Poty, preferencialmente com sede em Buriti dos Montes. Por que Buriti dos Montes? Porque é lá que se concentra o maior número de escritas rupestres e de cânions.

Mas nós vamos adiante. Esse parque nacional, pela nossa proposta, pelo nosso conhecimento, seria sediado em Buriti dos Montes, mas avançaria um pouco para Crateús. Por quê? Porque nós teríamos duas unidades de conservação.

O mosaico que foi colocado não impede que uma APA federal seja criada e se sobreponha a um mosaico municipal ou a um mosaico estadual, até porque a



burocracia de se criarem mosaicos municipais e outras unidades leva a uma demora muito maior. Então, o Parque Nacional e uma APA federal abrangem desde as nascentes até a foz do Rio Poty, em Teresina. Aí vem o quê? A responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente de fazer com que esse parque seja um dos importantes do bioma da caatinga do Nordeste, porque não existe, nós sabemos, nenhuma formação de cânion como a do Poty em toda a Região Nordeste brasileira. Esse seria um patrimônio. Há locais em que há mais de 20 mil escritas rupestres! É muita coisa para ser estudado pelas universidades, que são um grande laboratório.

Então, a nossa proposta é esta: no médio cânion, onde se encontra Buriti dos Montes, seria a APA federal, que poderia avançar um pouco para Crateús — porque uma APA não é obrigada a percorrer o território todo; ela pode pegar aquelas partes mais significantes dos cânions também em Crateús, no Ceará. E, partindo para lá, até Novo Oriente e até as nascentes, haveria uma APA federal. Descendo para o baixo cânion de Castelo, Juazeiro, por aí, nós teríamos a continuidade da APA federal.

A APA federal é uma unidade de conservação que não impede nenhuma das atividades econômicas. Ela faz com que nós apenas preservamos Buriti dos Montes, onde há concentração de escrituras rupestres e cânions, para ser o grande laboratório, o grande instrumento da preservação de todos os cânions do Poty. Lá seria o quê? Seria a grande concentração de tudo, como o Rubens sabe: das escritas rupestres e da formação de cânions. Lá seria um parque nacional. Agora, esse parque nacional está ameaçado, porque existem vândalos; existem pessoas que retiram pedras para fazer casa; outras, para fazer outras atividades. Isso ameaça o patrimônio que a natureza deixou para o Rio Poty, para os nordestinos, para os cearenses e para os piauienses.

O cânion do Poty como parque nacional se enquadra muito bem no Sistema Nacional de Unidades de Conservação: vai gerar renda e emprego, vai preservar os ecossistemas, a biodiversidade, a fauna e a flora da região.

Quero dizer que acreditamos nisso e parabenizamos o Deputado Rodrigo Martins pela iniciativa de trazer para este plenário um debate tão importante para a preservação da biodiversidade do Piauí e do Ceará.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Quero agradecer ao Sr. Francisco Soares. Quero parabenizá-lo, porque o senhor foi bem preciso em relação ao tempo — cumpriu o tempo.

Ele disse que, lá no Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, faz três denúncias em 3 minutos, uma denúncia por minuto, sem parar.

Vamos passar agora a palavra para os participantes que queiram se manifestar.

O Sr. Artur José Vieira Bruno, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará, já pediu para fazer uso da palavra, e nós vamos concedê-la a ele neste momento.

O SR. ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO - Boa tarde — ou bom dia ainda, já que ninguém almoçou, não é?

Eu quero saudar todos os Parlamentares aqui presentes, os Vereadores e os Deputados, na pessoa do Deputado Rodrigo Martins.

Quero dizer que é um prazer muito grande voltar a esta Casa. Entre 2011 e 2014, eu representei o Estado do Ceará, como Deputado Federal, aqui na Câmara dos Deputados, e testemunhei a importância que tem a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para esta Casa e para o Brasil.

Parabéns, Deputado Rodrigo Martins, pela iniciativa!

Quero saudar a todos os Secretários Municipais aqui presentes, os representantes das Prefeituras que estão aqui presentes, na presença do meu amigo, Sr. Mauro Soares, Prefeito de Crateús. Quero parabenizar S.Exa. pela mobilização que fizemos, unindo os Estados do Ceará e do Piauí.

Por sinal, já é comum na história os Estados do Ceará e do Piauí caminharem juntos, como aconteceu pela independência do Brasil. Os Estados do Ceará e do Piauí repartiram o seu território de acordo com suas conveniências econômicas e sociais. O Município de Crateús, por exemplo, pertencia a vocês e, no litoral, solidariamente, nós contribuimos para o Piauí. Hoje vocês têm um litoral graças ao Ceará. Isso é muito importante, porque vocês precisavam de uma área litorânea.

Na verdade, eu fiz questão de vir a esta audiência pública, primeiro, porque não pude participar da expedição. Fui avisado muito em cima da hora, mas a nossa



Secretaria participou. Um técnico nosso muito qualificado participou, testemunhou e nos deu as informações sobre o movimento de vocês.

Nós temos um privilégio, porque o nosso Governador é funcionário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. Então, S.Exa. dá prioridade para a questão ambiental, e a nossa Secretaria do Meio Ambiente continuará à disposição desse movimento. Queremos participar ativamente desse movimento, ao lado do Secretário Ziza, ao lado de todas as instituições aqui presentes, com certeza, tentando encontrar a melhor forma de atingir o objetivo que nós temos em comum: proteger essa área, desenvolver essa área e dar-lhe a importância que ela tem em todos os aspectos: ambiente, turismo, pesquisa, educação ambiental. Afinal, realmente, esse é um patrimônio natural que nós temos que preservar.

A forma de fazer isso, creio eu, será encontrada nesses debates. Nós temos aqui o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, as Secretarias de Meio Ambiente e, juntos, nós vamos encontrar a melhor forma.

Lá no Estado do Ceará, nós temos 24 unidades de conservação sob a nossa gestão, sem falar nas unidades federais, nas unidades municipais e nas RPPNs, e, nesse pouco tempo em que tenho estado à frente da Secretaria, eu posso dizer que criar unidades talvez não seja o mais importante; nós temos é que encontrar formas de dar a atenção devida a esses locais.

No Ceará, por exemplo, nós tomamos a decisão de que vamos congelar a criação de unidades estaduais, porque as 24 unidades existentes precisam de gestão, como um plano de manejo, por exemplo, que a maioria não tem. É preciso que façamos uma gestão efetiva, porque não adianta criarmos cartorialmente essas áreas e depois as abandonarmos.

Nós temos a facilidade de contar com o apoio Federal. Estamos aqui com 2 Estados apoiando o debate, e vários Municípios. Foi dada aqui a ideia do mosaico, e vamos ver se ela é possível.

Enfim, vim aqui dizer que o Governo do Estado do Ceará participará ativamente desse processo, colocando os nossos técnicos e a nossa vontade política à disposição. Tenho a certeza de que o Ceará só tem a ganhar, juntamente



com o Piauí e o resto do Brasil, se, efetivamente, cuidarmos dessas áreas tão importantes.

Muito obrigado.

Estamos juntos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Concedo a palavra ao Secretário Ziza Carvalho, para que faça as suas considerações e possíveis questionamentos, se for o caso.

O SR. LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO - Bom dia a todos.

Cumprimento e parabenizo o Deputado Rodrigo Martins pela convocação desta importante audiência pública.

Parabenizo o Rubens, o Binha, por haver organizado essa caravana que veio de longe, do Ceará e do Piauí.

Saúdo os nossos amigos que vieram do Crateús, de Buriti dos Montes, de Castelo, de Juazeiro, de Prata do Piauí e de Teresina.

Quero agradecer a nossa Diretora de Parques e Florestas, a Dani, que está em Curitiba num evento também de unidades de conservação, por haver cedido a chácara do seu pai para abrigar os nossos amigos, que vieram numa caravana de ônibus dos nossos Estados.

Quero dizer que o Piauí, a exemplo do Ceará, também é um parceiro do Binha, é um parceiro do Rio Poty e da criação dessa unidade de conservação.

Já temos um grupo de trabalho, capitaneado pela nossa Diretora de Parques e Florestas, e nos reunimos frequentemente com o pessoal do IPHAN, com o pessoal do ICMBio — sempre sob a liderança do Binha —, discutimos a criação desse mosaico e vemos com os Municípios a alternativa mais viável para a proteção daquela riqueza.

Participamos da expedição ao parque. Nós fizemos a expedição juntos, todos nós, e, realmente, é de uma beleza e importância não só cênica, como arqueológica, aquele parque. Diferentemente do Parque Nacional da Serra da Capivara, em vez de pinturas rupestres, lá há gravuras em arte de picotamento. Apesar de haver formações como aquela em todo o mundo, a quantidade que os arqueólogos do



IPHAN constataram no cânion do Poty já justificaria uma proteção e uma atenção melhores do poder público.

Então, eu quero dizer que a SEMA também está de mãos dadas com esse projeto e não poderia deixar de vir aqui para prestigiar esta audiência pública.

Quero também dizer que ontem, antes de vir para cá, eu recebi a visita de dois cidadãos piauienses lá da região de Castelo, que me entregaram uma carta pedindo a atenção da SEMA, do ICMBio e do nosso grupo de trabalho com relação à RPPN do Marvão.

Trata-se de uma RPPN que já existe em Castelo do Piauí e que pode ser impactada pelo projeto — você viu, Binha? — da barragem de Castelo. Os donos da RPPN disseram que ela tem 5,9 mil hectares, dos quais, 22 quilômetros estão às margens do Rio Poty, totalmente protegidos, com uma variedade riquíssima de fauna, flora e formação rochosa com gravuras. Eu não conheço; nós não passamos por lá em nossa expedição; mas eles dizem que a barragem de Castelo, no projeto original — eu não constatei isso no EIA/RIMA — impacta mais de mil hectares dessa área.

Então, eles protocolaram na SEMA um pedido para que possamos, no EIA/RIMA, salvar essa área, considerando, no estudo a proteção dessa unidade, que é a única — pelo menos dentro do Estado Piauí — RPPN que existe na região do cânion.

Está de parabéns esta Comissão por esta audiência pública, e vamos em frente.

A SEMA é uma parceira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - O Prefeito de Crateús, Mauro, pode ficar à vontade para fazer uso da palavra.

O SR. MAURO SOARES - Boa tarde a todos.

É com alegria que estamos presentes aqui.

Quero saudar o Deputado Rodrigo Martins, Presidente desta audiência, e os demais participantes, na pessoa do Rubens e na pessoa do Artur Bruno, nosso Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará.



Em especial, saúdo a nossa comitiva de Crateús, capitaneada pelo Alexandre Maia, Presidente da OAB, e pelo Otaviano.

Também queria saudar, em especial, o Vereador Guilherme, o nosso querido Tore, que nos acompanha; o fotógrafo Sérgio Aiala e a Daiana Soares, que é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Crateús.

Eu queria dizer que nós adoramos o Poty, até porque nascemos no Distrito de Oiticica, às margens desse rio, onde ficava a última estação ferroviária a adentrar no Piauí.

Nós já fomos do Maranhão — em 1711 o Piauí ainda fazia parte da Capitania —, mas, criada a Capitania do Piauí, passamos a ser piauienses. Em 1880, passamos a ser cearenses, com a permuta dos Municípios de Príncipe Imperial e Castelo ex-Marvão, e daí Pelo Sinal, que são hoje os Municípios de Independência, Quiterianópolis e Novo Oriente.

A área do Poty é rica. Acredito que sejam seus principais problemas hoje — e já pensando no futuro, mas começando hoje: a exploração do minério em Quiterianópolis, porque fica às margens do Poty; e os esgotos *in natura* das cidades, o que inclui Quiterianópolis, Novo Oriente e Crateús, embora Crateús já tenha mais de 60% do esgoto tratado — mas precisa fazer mais, porque nós almejamos também o Lago de Fronteiras e necessitamos dele.

E, quando se fala no Lago, tem-se que fazer um esclarecimento. O primeiro estudo do Lago — e eu não vou falar aqui em cânion, mas em boqueirão, que é a palavra correta usada pelos nossos nativos — colocaria a parede da barragem no início do boqueirão, após o Distrito de Ibiapaba. Preocupado com essa questão, o estudo foi refeito, e a parede fica a 6 quilômetros da entrada do boqueirão do Poty.

Então, a preocupação é em preservar. Mas nós moramos na região em que a falta d'água é crítica. São 300 mil habitantes que vão depender, para sua segurança hídrica, desse lago a ser feito no Poty. E essa barragem — assim como a de Castelo, já citada — tem uma importância para conter as enchentes lá no bairro Poty Velho, para que, quando chegarem a Teresina, caiam no Parnaíba.

Nesse momento, é importantíssima esta discussão. Nós estamos falando em criar um parque nacional. Eu acho que isso aqui — como me disseram — é patrimônio da humanidade. Se nós formos analisar com cuidado a importância



dessa área, dessa questão geográfica e de estudos dos povos antigos que lá habitaram, veremos que essa área deve ser considerada patrimônio da humanidade.

Além disso, a biodiversidade lá está muito preservada ainda. Ao chegar à serra, na entrada do boqueirão — porque todos dizem que ali havia um grande lago, e, por um movimento de placas tectônicas, rachou a Serra da Ibiapaba, e o Lago passou a correr para o oceano, via Parnaíba, via Piauí —, se você andar mais ou menos 30 quilômetros, tanto à esquerda como à direita do boqueirão, verá, hoje, que nós temos mata nativa. E com a criação Reserva da Serra das Almas começamos a ter de volta o tatu, o peba, a onça, a cascavel, o gato-do-mato.

Essas são áreas que merecem uma atenção especial. O ICMBio diz que está faltando um estudo melhor, mas, na hora em que se fala em estudo, fala-se também em equipe, em meios materiais e em recursos, e, neste momento, falar em recursos em Brasília, e nas Prefeituras também, é quase um pecado. Portanto, poderíamos usar a estrutura da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Federal do Ceará, das Prefeituras envolvidas e fazer uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente desses Municípios e com a do Estado do Ceará, usar a academia e fazer esse trabalho de estudo, para que esse projeto possa continuar.

O Município de Crateús ama discutir esta questão. O nossa comitiva está aqui presente, com grande representatividade da sociedade do nosso Município, para dizer que queremos ser parceiros, queremos ser irmãos, como somos do Piauí, e fazer parte desta questão, deste estudo, e colaborar no que for possível.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Inscrito também está o Vereador Jorge Macedo, de Quiterianópolis, para fazer uso da palavra. Aproveito para saudá-lo.

O SR. JORGE MACEDO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Martins.

Agradeço o empenho de V.Exa. e desta Comissão neste debate tão importante e quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará, Artur Bruno. Agradeço, Secretário, porque o senhor aceitou o convite de nos acompanhar. Nós fomos até a sua Secretaria para convidá-lo. Agradeço-lhe e parableno-o por seu empenho aqui nesta missão tão importante.



Deputado Rodrigo, como representante do Município de Quiterianópolis, a terra-mãe do Rio Poty, lá onde nasce o Rio Poty, vimos há muito tempo — eu, que também sou filiado ao Partido Verde, agradeço a presença do Presidente Estadual do Partido Verde, Marcelo Silva, que veio aqui a nosso convite — na luta pela criação de uma unidade de conservação das nascentes do Rio Poty. Aquela é uma região que tem uma importância enorme para o rio, por ser a nascente, mas que tem também um potencial cênico e um potencial ecológico muito grande, e, em virtude disso, deve ser preservada.

Então, estamos nesta luta há muito tempo. Vemos, agora, Secretário Artur, uma oportunidade de criação. Estamos muito felizes de avançar com esses passos que estamos dando no sentido de conseguir esse feito.

Quero pautar aqui duas preocupações enormes que temos com relação ao Município de Quiterianópolis.

A primeira delas é a mineração de ferro. Uma mineradora chinesa chegou a Quiterianópolis em 2009 e desde então vem causando uma degradação ambiental enorme às margens do Rio Poty. Trata-se de uma mineradora de grande porte, que explora o ferro em Quiterianópolis e o exporta para a China. Ela fica a cerca de 200 ou 300 metros da margem do rio, em uma serra que está completamente desmatada. E não foi feito nada, absolutamente nada, com relação à recuperação da vegetação e de outras degradações que foram ocasionadas no próprio leito e na margem do rio.

Então, quero levar esta informação ao Sr. Secretário, para que tome conhecimento e as providências devidas, juntamente com as SEMACE, que é o órgão responsável por fiscalizar e gerenciar aquela exploração. É necessário que sejam tomadas providências, porque essa é uma das principais ameaças que temos. Não só no Município de Quiterianópolis, mas em toda a extensão do Rio Poty, talvez essa seja a ameaça mais grave, e precisamos que sejam tomadas providências a esse respeito.

Então, antes de pensarmos em criar unidades de conservação, temos que tomar conta das degradações já ocasionadas.

Também é uma luta antiga nossa, lá em Quiterianópolis, a remoção do lixão que ficava na margem e dentro do Rio Poty, o lixão da cidade de Quiterianópolis.



Graças ao nosso empenho, na militância pelo Partido Verde e, depois, no exercício do mandato de Vereador, já conseguimos que o lixão fosse desativado e transferido para outra área, mas aquela área ainda não foi recuperada. Então, pedimos que a Secretaria também tome providências com relação a isso, para desinfetar aquela área, tirar a poluição que ficou e fazer a recuperação devida, porque é outra grave ameaça que no Município de Quiterianópolis temos ao Rio Poty.

Por último, como eu conversava com o senhor antes do início da audiência, é necessária a criação de um projeto de recuperação das margens do Rio Poty, que estão totalmente assoreadas no Município de Quiterianópolis, a exemplo do Município de Novo Oriente e Crateús, assoreadas por causa da remoção da vegetação e da prática da agricultura. Pedimos que, além de preservadas as áreas de nascentes no cânion, também sejam recuperadas as áreas já degradadas.

Essas são as três pautas que eu queria trazer, além do Rio Poty e seus afluentes, que são os que alimentam e criam o Rio Poty.

Já finalizando, Sr. Presidente, não poderia deixar de citar o empenho de outras pessoas de Quiterianópolis. Estou aqui como representante da Câmara Municipal e do Partido Verde do Município de Quiterianópolis, mas não posso deixar de citar o empenho de outras pessoas, como o Vereador Oézio Gomes e o Vereador Lucas Lacerda, que são das proximidades da região das nascentes do Rio Poty e encampam essa luta conosco. Também o Vereador Mauri, o Vereador Seu Tonho e o Vereador e Presidente da Câmara Antônio Neto têm se esforçado bastante nesta luta nossa. Há, ainda, um dos maiores lutadores pelas causas ambientais do Município de Quiterianópolis, o ambientalista Valdo Vale, o Cícero Lacerda, a ex-Vereadora Terezinha Lacerda, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quiterianópolis e a Secretária de Meio Ambiente de Quiterianópolis, Osmarina Moreira, que está também conosco nesta luta. Em nome deles, eu quero agradecer o empenho de todos nesta luta e trazer a mensagem do Município de Quiterianópolis.

Há também o Deputado Roberto Mesquita, que já se comprometeu, Rubens, com o nosso pedido, naquela ida a Fortaleza, de, logo após esta discussão, promover o debate lá na Assembleia Legislativa. Já é um compromisso, e nós



dependemos só da data. Juntamente com ele também está o Deputado Audic Mota. O Deputado Roberto Mesquita é do Partido Verde, bem como o Deputado Audic Mota, que é da região e está conosco nesta luta.

V.Exa., Deputado Rodrigo Martins — claro! —, já está convidado e, com certeza, irá participar desse momento lá no Estado do Ceará, para que possamos aprofundar, com a presença do nosso Secretário, na Assembleia Legislativa, esta pauta que é tão importante para vocês do Piauí, mas não é menos importante para nós do Ceará.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra à Dra. Geórgia Nunes, representante da OAB do Estado do Piauí, parceira na luta pela preservação, tanto do Rio Poty, quanto do Rio Parnaíba.

A SRA. GEÓRGIA NUNES - Muito obrigada, Deputado Rodrigo Martins, Presidente desta Comissão.

A nossa participação aqui é no sentido de reafirmar o apoio incondicional a este pleito por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, em especial da Seccional Piauiense, que recebeu com bastante atenção a audiência pública que realizamos lá na sede do nosso Conselho da Seccional.

Quero dizer que os encaminhamentos que forem dados a partir desta audiência pública e dos trabalhos desta Comissão serão, como disse, incondicionalmente apoiados pela OAB.

Quero cumprimentar toda a Mesa, na pessoa do Presidente, e os demais presentes a esta audiência pública, na pessoa do ambientalista Dionísio Neto e também na pessoa do nosso colega de OAB Dr. Greg Maranhão, que acompanharam a expedição aos cânions do Rio Poty e que trouxeram ricas experiências e vivências, que podem também ajudar a instituição a realizar esse trabalho.

A nossa participação, Deputado Rodrigo, é também no sentido de questionar a respeito dos encaminhamentos que serão dados a partir desta audiência pública. Entre eles, porque tivemos conhecimento de que o processo administrativo para a criação dessa unidade está parado no ICMBIO, sugerimos que demos



prosseguimento a esse processo administrativo, porque acho que ele é fundamental, inclusive para que nós possamos, a partir daí, também cuidar dos danos que já estão sendo feitos.

Nós sabemos que todas as atividades, sejam elas turísticas, agrícolas ou industriais, vão certamente causar algum impacto ambiental nessas áreas, e a criação dessa unidade e a sequência desse processo são fundamentais para estabelecer regras que permitam a realização dessas atividades sem que haja maiores danos — é claro, além das preocupações já apontadas aqui no decorrer dos trabalhos quanto à recuperação do dano já causado.

O nosso encaminhamento, portanto, é no sentido de que esta audiência pública se encerre com um encaminhamento de seguimento, de continuidade do processo administrativo de criação. E aí eu já questiono o que é preciso para que se dê continuidade a esse processo e o que nós precisamos fazer, enquanto OAB, seja a Seccional, seja o Conselho Federal, para tornar possível a efetivação dessa criação.

Por fim, colocamo-nos mais uma vez à inteira disposição desta Comissão e de todos os ambientalistas e interessados nesse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Agradecemos à OAB esse importante apoio. Certamente precisaremos de mais força e da força dessa Ordem tão respeitada por toda a sociedade brasileira. É mais uma pressão.

Enquanto a Sra. Conselheira estava falando, eu dizia ao Aldízio: mais uma para dar pressão, para ver se nós conseguimos tirar do papel, realmente, desengavetar, tirar do arquivo ou de onde estiver, no ICMBIO, para que nós consigamos, na prática, a solução.

Quero saudar o Deputado Júlio César, do Piauí, que se faz presente, e passar a palavra, por ordem de inscrição, ao Alexandre Maia, de Crateús, que também representa a OAB e é um grande lutador nessa área.

O SR. ALEXANDRE MAIA - Meu cordial bom-dia a todos.

Inicialmente, gostaria de registrar a presença dos conterrâneos crateuenses, do Vereador Toré, do Prefeito Mauro Soares, da Daiana Lopes, do Sérgio Aiala, do Prof. Otaviano.



Foi um árduo e difícil caminho para chegar aqui — não é, Rubens? —, mas, como dizia Luiz Gonzaga, *“eu penei, mas aqui cheguei”*. Nós penamos, mas aqui chegamos.

Quero também registrar a presença dos irmãos cearenses de Novo Oriente e de Quiterianópolis, bem como a presença do Secretário Artur Bruno. Eu lhe digo, Secretário, que a sua presença aqui é a demonstração de um olhar diferenciado do nosso Estado, o Ceará, para o nosso Rio Poty. A sua simples presença já é um diferencial nessa importante temática. Assim também a dos parceiros piauienses, e o Secretário Ziza lembra que tudo isso, Deputado Rodrigo, começou naquela audiência pública na OAB, no dia 12 de junho, em que estávamos a debater sobre o Rio Poty e fomos provocados.

Nós estamos falando aqui de um rio, e muitos nem sequer o conheciam, nem o seu cânion. Foi naquela expedição empolgante, desbravadora — não é isso Ziza? — e que, com certeza, acresceu muito que passamos a conhecê-lo melhor. E a presença do Secretário Ziza também foi um diferencial, pois o Estado esteve em campo, como se diz. Portanto, o Estado do Piauí se fez ser diretamente representado.

Eu também quero destacar a presença dos meus colegas advogados do Estado do Piauí, da OAB do Piauí, que, nessa irmandade, juntamente conosco, do Ceará, vêm fazendo a diferença nessa luta, e o papel que a OAB vem desempenhando.

Mas, acima de tudo, eu tenho que destacar a figura do Benedito Rubens, com quem particularmente brinco, chamando-o de Sr. Poty. Se não fosse você, Sr. Poty, com a sua luta e o seu empenho... Eu digo: aquele rio e aquele cânion falam e agem, materializados na sua pessoa, está certo? Você realmente é a mola propulsora de tudo isso.

Destaco também o trabalho do próprio Deputado Rodrigo Martins, que tornou possível, no âmbito federal, hoje estarmos falando do Rio Poty. Sabemos que este é um País continental; milhares de pautas existem para ser debatidas. Então, conseguir inserir o Rio Poty e o seu cânion nesta pauta, realmente, é um grande diferencial da sua atuação à frente da Vice-Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.



Parafraseando Fernando Pessoa, o rio mais belo é o rio que passa na minha aldeia. Então, para mim, o rio mais bonito é o Rio Poty. Que me perdoem os demais, mas digo isso em razão da beleza e da importância do Rio Poty e, sobretudo, como crateuense, tendo em vista que nenhuma outra cidade, nenhuma outra urbe impacta tanto esse rio.

Por fatores históricos e geográficos, a única cidade que nasceu do rio foi Crateús. De Quiterianópolis ele passa um pouco à margem da cidade — agora que a cidade se aproximou dele —; de Novo Oriente, ele passa algo em torno de uns 10 a 15 quilômetros, mais ou menos nessa faixa; em Buriti dos Montes ele não passa na urbe; de Castelo também passa distante. Então, com exceção de Teresina, que já é um diferencial por ser uma Capital, eu posso dizer que Crateús tem uma particularidade, um envolvimento especial com o rio. Por quê? Porque — o Prefeito Mauro sabe disso, também, como historiador que é — nós somos crateuenses, e, talvez, se não fosse o Poty, não tivesse sido existido o nosso Crateús.

Diante do que aquele rio nos deu; diante da influência que teve na formação do nosso Município; da sua importância na nossa formação econômica; da história da nossa bacia, no âmbito do Estado do Ceará, nós precisamos ter um olhar especial, dar um retorno para aquele rio.

Infelizmente, há a degradação ambiental e outros fatores. Já foi citada a questão do minério, Secretário Artur Bruno, e eu posso lhe dizer que essa é uma das coisas mais preocupantes. O Piauí tem o diferencial do cânion, mas eu vejo o Rio Poty como conjunto, e o cânion é um dos elementos desse conjunto. Então, a preocupação é com o todo do rio, porque eu não imagino chegarmos um dia e vemos um rio, um cânion, e, de repente, sem alguém poder dar um mergulho no Rio Poty, como fez o Secretário Ziza há 2 meses, com pirotecnia, nas pedras da Oiticica. Por que digo isso? Porque temos preocupação com a exploração do minério e do impacto ambiental que está causando.

No dia em que nós estávamos lá, o Ziza nos acompanhou até o local onde já está sendo feita a exploração do ouro e do material que está lá sendo utilizado. Ele ficou de fazer um encaminhamento relativo a essa questão — não sei como está esse encaminhamento — no âmbito da Polícia Federal, porque o nosso intuito é de agilizar as ações e por fim aos danos que o rio vem sofrendo, tendo em vista que o



material utilizado para essa exploração afeta diretamente os peixes que são consumidos pelos ribeirinhos.

Já estou falando de Oiticica para chegar ao Piauí. É importante haver solidariedade entre os dois Estados para tratar dessa questão relativa ao minério. E o Município de Quiterianópolis é a mãe do nosso Poty, é nele onde está a nascente do rio.

A mina de extração de minério dista 15, 30 quilômetros depois da nascente, Secretário Artur Bruno. É flagrante o dano ambiental causado pela exploração daquele minério. Em Crateús houve inclusive muitos problemas também causados pelo transbordo desse material que é levado para ser utilizado na construção da ferrovia.

Além disso, há o problema dos dejetos de esgotos de Quiterianópolis, de Novo Oriente, de Crateús — em Crateús até foi minimizado esse alcance de mais de 60%. Mas o dano ao rio ainda é muito grande. Então, nós estamos correndo risco de saúde.

O Estado do Ceará tem uma particularidade, tendo em vista que a questão hídrica não afeta todos os Estados do Brasil. Secretário, o senhor sabe que há um diferencial. A necessidade de água é um diferencial para nós cearenses. Acredito que não haja ouro que valha mais do que a água para nós.

É preciso haver um olhar diferenciado para a exploração do minério e do esgotamento sanitário pela importância do que representa a água para nós. É preciso que a SEMAR faça essa fiscalização e que sejam tomadas ações sólidas, concretas.

No mais, quero agradecer a oportunidade. Este momento é um registro histórico para a vida do nosso Poty.

Quero registrar a presença do nosso conterrâneo, servidor da Casa, Fernando Mariano, que também se encontra aqui presente.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Dando sequência, convido o Sr. Marcelo Silva para fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO SILVA - Sr. Presidente, na qualidade de Presidente do Partido Verde estadual, quero registrar a importância que o nosso partido dá a esta



reunião de audiência pública. Com certeza, a criação da unidade de conservação do Cânion do Rio Poty dará grande visibilidade a nossa justa luta ecológica, humana e cultural.

Nós damos importância a essa grande diversidade e representatividade de diversos setores institucionais, políticos e aos gestores. Aqui estão o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará, Sr. Artur Bruno, e o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Piauí, Sr. Ziza Carvalho, para irmamos unirem forças.

O Partido Verde se soma a essa luta, a esse desafio — estão aqui presentes o Vereador Jorge Macedo, de Quiterianópolis, e do Dr. Aurélio, de Crateús —, para que possamos ser uma gota d'água. Essa gota d'água irá formar um oceano na luta pelo modelo socioeconômico que preserve a natureza, o grande patrimônio que Deus deu ao Nordeste, ao Brasil e por que não dizer ao mundo.

Estamos aqui juntos desejando que realmente esta audiência pública dê muitos frutos, concretize rapidamente esse grande anseio nosso, que é a preservação do cânion do Rio Poty.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra ao Genivaldo Camilo para fazer uso da palavra

O SR. GENIVALDO CAMILO - Bom dia a todos.

Sr. Presidente Rodrigo Martins, em nome de quem cumprimento a Mesa.

Agradeço a Deus por estar aqui hoje para poder discutir sobre tema de fundamental importância não só para a comunidade de Crateús, para o Estado do Piauí, como também para toda a humanidade: a importância arqueológica do Cânion do Rio Poty, como já foi aqui demonstrada.

Peço permissão ao Presidente da Comissão para defender aqui um pequeno parque ambiental que fica às margens do Rio Poty no Município de Demerval Lobão.

A cidade de Demerval Lobão fica distante 30 quilômetros da cidade de Teresina, meio norte do Estado do Piauí. O Município não possui muitos riachos perenes e olhos d'água. É um desses patrimônios hídricos o Riacho dos Cocos, que possui o Olho D'Água da Manilha e o Olho D'água da Agonia, sítio este que propomos aqui defender, em nome do povo de Demerval Lobão.



Tudo começou, senhoras e senhores, Sr. Presidente, com a realização do Fórum sobre Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, realizado pela OAB e o Instituto CO2 Zero, em março deste ano.

O CO2 Zero e a OAB foram sensibilizados pela comunidade demervalense, por intermédio de ambientalistas e representantes da comunidade, que provocaram uma oficina de recuperação de nascentes no Município de Demerval Lobão, na Câmara dos Vereadores, onde foram proferidas palestras referentes aos recursos hídricos e emissão de gases de efeito estufa.

A oficina de recuperação de nascentes do Olho D'Água da Manilha é ministrada pelo Dr. Adolfo Barbosa para estudantes e comunidades.

Os 45 hectares aproximadamente da reserva onde estão localizadas as nascentes é bem provida de água.

Além do riacho, visivelmente, existem dois olhos d'água com uma vazão significativa que favorece a perenidade do riacho. À jusante aos olhos d'água, o riacho se torna vigoroso, com reservatórios de água bastante significativos, com muitos metros cúbicos de vital importância para o Rio Poty.

O reservatório é formado pelo Poço dos Homens, Poço das Mulheres, Poço da Forquilha, Poço das Pacas e Lajeiro. Como podemos perceber, existe ou existia um tratado social de responsabilidade. Faço referência ao Poço dos Homens e Poço das Mulheres.

As nascentes do Riacho dos Cocos além de ser um patrimônio ambiental é um patrimônio cultural, pois as referidas fontes de água que perenizam o Riacho dos Cocos está no imaginário coletivo da cidade de Demerval Lobão.

Portanto, estamos diante de um sítio eminentemente cultural e mineralógico. O Poço das Pacas é, por exemplo, local de beleza cênica, sagrado para muitas pessoas crentes, que realizam suas manifestações religiosas afro-brasileiras no local, haja vista que o sincretismo no Brasil é bastante evidenciado nesses lugares sagrados.

O Poço das Pacas, como nominado, é local preferido de animais do gênero para tomar banho e saciar sua sede. É nesse momento que os caçadores desinformados abatem facilmente suas presas. Em conversas relacionadas ao riacho e aos olhos d'água com a comunidade há alguns depoimentos que citarei.



Sr. Francisco: *“Quando cheguei aqui, amigos, antigo Morrinhos, meu gado, minha família e toda a vizinha bebia dali”*. D. Antonieta: *“Bem cedo pegava a minha trouxa de roupa e ia para o Poço da Manilha”*. Francisco Filho: *“No Poço das Pacas, quando criança, a gente banhava e brincava lá. A água era limpinha, limpinha”*. Donato: *“Moço, naquele poço a gente vinha correndo e pulava de tainha”*. Tainha é o nome de um peixe. O pulo imita o salto do peixe, onde se salta de ponta-cabeça. Roberval e Simone: *“Meu desejo é ver os olhos d’água preservados. Minha infância foi brincando por ali”*. Moradores da Piaçava, que é um bairro de Demerval Lobão: *“Todas as pessoas da Piaçava, quando não havia água encanada nas casas, bebiam, lavavam roupas, davam bebidas aos animais, banhavam-se. Tudo, tudo era servido dali, seu moço”*. Chico Margarida diz que na sua infância o poço era um local de pescar e de caçar passarinhos. *“Tempo bom”*, complementa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Peço que conclua sua exposição, devido ao avançado da hora.

O SR. GENIVALDO CAMILO - Neste momento, Sr. Presidente, eu desejo entregar à Comissão um dossiê com as matérias jornalísticas que foram veiculadas pelos meios de comunicação, com referência ao Fórum sobre Recursos Hídricos da Bacia do Rio Parnaíba e Poty que, por sua vez, fizeram referências ao Riacho dos Cocos e ao olho d’água, além de documentos emitidos pela AGESPISA, boletim de análises físico-químicas, bacteriológicas, hidrológicas e anexo às Resoluções nºs 357 e 430, que dá outras providências ao Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA.

Encerro minhas palavras, com o canto da nambu. Na última expedição, este apito foi encontrado no Sítio da Bebidinha, um dos sítios arqueólogos mais importantes no Rio Poty. O caçador abate a sua presa no Sítio da Bebidinha — por isso o nome —, onde a nambu e a paca vão tomar água.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra agora ao Sr. Tarcísio.

O SR. FRANCISCO TARCÍSIO BONFIN - Obrigado.

Estou aqui representando o Secretário do Meio Ambiente, Dr. Enoch Coutinho, de Novo Oriente. Sou biólogo, com pós-graduação em gestão ambiental.



Eu havia feito um pequeno discurso, mas todos já falaram o que iria dizer. Assim sendo, vou pedir especificamente ao nosso Secretário de Meio Ambiente, Dr. Bruno, que nos dê auxílio maior para fazermos o nosso trabalho.

Nós temos um grande gargalo. Todos falaram coisas muito bonitas sobre o cânion do Rio Poty, mas esqueceram do nosso resíduo sólido, que é o gargalo do mundo inteiro.

Precisamos de recursos hídricos, mas sem a limpeza das nossas matas ciliares, sem a limpeza dos nossos campos, das nossas áreas urbanas, o nosso resíduo sólido, nossa matéria aproveitada está sendo dizimada pelo fogo e outras coisas mais que são conhecidas de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra ao último orador, o Sr. Jeová Souza, ambientalista que mora próximo à mineradora que está localizada em Bandarra.

O SR. JEOVÁ SOUZA - Boa tarde a todos.

As minhas palavras serão breves. Sou morador das proximidades da mineradora.

É de muita importância a discussão para a revitalização do Rio Poty, cujas margens eu nasci. É muito triste ver hoje o rio morrendo, e um dos grandes causadores da sua mortalidade é justamente o mau uso nas suas margens.

Não sou contra as atividades econômicas e extrativistas feitas próximas às margens, mas quero chamar a atenção para que isso seja feito de forma sustentável. Que possamos ter as duas formas: econômica e sustentável. Infelizmente, a mineradora que ali se instalou causou grande impacto ambiental naquela região.

Quero aproveitar esta reunião para pedir às autoridades, principalmente ao Secretário do nosso Estado do Ceará, que cobre veementemente o projeto de recuperação daquela área que foi apresentado inicialmente pela empresa que se instalou naquele local, uma vez que ela usufruiu economicamente da região, causando grande impacto ambiental.



O projeto Besouro Verde certamente minimizará o impacto naquela região. Vamos cobrar na prática o que foi prometido, para que se possa, pelo menos, minimizar os danos causados ali.

O desmatamento do morro naquela região foi muito grande. Já que existe o projeto, cobremos deles e, que eles ajam com rapidez, porque quanto mais demorar, a região vai ser ainda mais degradada. Para os senhores terem ideia, o rio chegou a mudar o curso. Apesar de esse ser um problema antes da mineradora se instalar naquele local, ela contribuiu enormemente, já que o rio foi assoreado devido ao material que desceu do morro, fazendo naturalmente que ele mudasse o curso.

Senhores, cobremos veementemente a execução do projeto que está no papel. É muito bonito o projeto, mas, infelizmente, se não sair do papel, a vitalidade do nosso rio ficará comprometida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Deputado Júlio Cesar, jamais poderei negar a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, meu querido Deputado Rodrigo Martins; Sr. Secretário do Meio Ambiente Luiz Henrique, o Ziza, que também é do meu Estado do Ceará; Sr. Secretário do Ceará, Artur Bruno; Sr. Prefeito de Crateús; demais membros da Mesa, peço desculpas por ter chegado ao final.

Estava presidindo os trabalhos de uma Comissão, da qual sou presidente, e somente agora eles foram encerrados. Vim correndo para cá, embora tivesse que ir a outra Comissão, cuja reunião está em andamento, a Comissão de Finanças e Tributação, da qual o Deputado Rodrigo Martins é membro.

O assunto que está aqui sendo tratado me interessa muito. Quero dizer a todos os palestrantes e convidados que podem contar comigo no encaminhamento dessas soluções.

Eu pedi aqui à advogada representante da OAB, Dra. Geórgia, que me informasse qual a área total da preservação. Gostaria de saber primeiro qual a dimensão da área. Ela me mostrou um processo em que há uma área de 2.744 quilômetros quadrados e outra de 5.725 quilômetros quadrados.



O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - São 150 mil hectares a área para o parque nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Nos dois Estados?

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Não, Deputado. O parque ficaria só no Município de Buriti dos Montes, onde existe o maior número de gravuras rupestres e uma população mínima, apenas duas fazendas em toda essa área, que abrange também duas serras: a Serra do Barreira e a Serra da Água Branca, que são virgens ainda em termos de vegetação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Quer dizer que o parque seria só em Buriti?

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Em Buriti dos Montes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas a área de preservação não abrange toda a margem do rio?

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Para fazer uma unidade de conservação guarda-chuva, nós pensamos em uma Área de Preservação Ambiental — APA, numa extensão de 30 quilômetros de cada margem e abrangendo todos os 180 quilômetros do cânion do Rio Poty.

Como a área mais importante é a de Buriti dos Montes, onde há o maior número de gravuras rupestres, essa então seria a área prioritária para nós desenvolvermos um parque nacional, onde há a existência desse sítio arqueológico de gravuras chamado Poço da Bebidinha. Nele nós encontramos mais de 10 mil gravuras rupestres, só nessa área do parque, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas a preservação será em toda a margem do rio?

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Nos 180 quilômetros.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Os 180 quilômetros seriam uma APA.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Que tamanho seria a área de preservação fora o parque?

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Fora o parque, nós teríamos a APA do Cânion do Rio Poty, desde Crateús até Castelo do Piauí,



margeando o rio de um lado a outro; 30 quilômetros da margem direita e 30 quilômetros da margem esquerda.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Seriam 60 quilômetros vezes 180.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Exatamente. Seria a área de preservação ambiental, o que permite o uso econômico das atividades normais de forma sustentável.

Essa é a nossa intenção, Deputado. Para o Governo Federal, são duas demandas: a APA, para preservar como um todo esse potencial, e o parque nacional, onde há a maior importância ambiental arqueológica e paleontológica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - O.k. Enquanto o senhor falava, eu fazia aqui as contas. A área toda vai dar 10.800 quilômetros quadrados, o que dá mais de 1 milhão de hectares nos dois Estados, nos 180 quilômetros de extensão. Essa era a minha curiosidade.

Em relação à área de preservação, vejo grande necessidade de ela ser feita urgentemente. O grande problema da preservação é o orçamento. É preciso criar essa APA para garantir os recursos necessários. Na Serra da Capivara, por exemplo, existe até ameaça de demissão em massa por falta de recursos financeiros.

Vejo com muita preocupação os rios do Nordeste. O Rio São Francisco, por exemplo, já teve uma vazão de mais de 2 mil metros cúbicos por segundo, e, agora, está em 900 metros cúbicos. O Rio Parnaíba já deu muito mais de 300 metros cúbicos. Há época que dá 270, 280 metros cúbicos, e está diminuindo a vazão. Isso porque nós piauienses, nós nordestinos do passado, não fizemos o nosso dever de casa e estamos pagando um preço muito grande por não ter feito esse dever.

É o caso também do Rio Poty, onde se planeja, por exemplo, fazer uma barragem de contenção de 2,8 bilhões de metros cúbicos e fazer também o controle das enchentes de Teresina, o que é muito importante.

Quanto às obras da construção da Barragem de Castelo, há um problema também que está sendo analisado pelo Tribunal de Contas da União, onde devo ir inclusive agora à tarde. Estou trabalhando nesse sentido. Não sei qual a sua relevância, se ela está dentro da área de preservação, mas acho que é muito importante inclusive para o controle das enchentes.



Não sei se de acordo com a política ambiental ela pode agredir o meio ambiente, porque não é uma barragem pequena. Ela será a segunda maior barragem do Piauí, pouco mais da metade de Boa Esperança, e produzirá em torno de 40, 45 megawatts de energia, o que não é importante. A importância maior dela será no controle das cheias e evitar aquilo o que aconteceu há 4 anos na cidade de Teresina.

Podem contar comigo. Coloco-me à disposição de todos. Na Comissão de Orçamento vou ajudar na medida do possível para conseguir os recursos, ou no Ministério do Planejamento, responsável pela proposta orçamentária, que conseguiu parte do recurso, ou o recurso inicial, para dar andamento aos trabalhos tanto da APA quanto da área de preservação do Rio Poty como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra para o Rubens que deseja fazer uma observação sobre a Barragem de Castelo.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Deputado Júlio Cesar, a Barragem de Castelo não tem implicação muito grande em termos de perda de patrimônio com o seu enchimento. Alguns sítios arqueológicos ficarão submersos, mas os mais importantes ficarão fora da área da bacia hidráulica da barragem.

A barragem fica situada entre o baixo e o médio Cânion. Percebemos a importância dela também para o setor turístico, porque ela permitirá sair da região de Castelo do Piauí, às margens do Juazeiro — Deputado, V.Exa. bem conhece —, pegar um barco e subir até o alto e o médio Cânion, por mais de 50 quilômetros nesse lago que será formado, dando até inserção de novos cânions para esse processo.

Alguns ambientalistas imaginam que a barragem será maléfica. Se for um bom projeto, Deputado, se for um projeto bem trabalhado na sua concepção, achamos que ele vai contribuir com esse processo de conservação e preservação do Cânion.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Apenas para complementar. Conseguimos incluir essa barragem no PAC. No Orçamento passado foram destinados 50 milhões de reais. Houve uma licitação, e, depois, com a demora de



juízo pelo Tribunal de Contas, perdemos a dotação inicial para o início da obra.

O SR. BENEDITO RUBENS LUNA DE AZEVEDO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Martins) - Chegamos ao fim das intervenções.

Quero agradecer a todos a presença. Lembro ainda que haverá uma degustação de produtos da região do Cânion. O Dr. Rubens, juntamente com toda a caravana, nos fez esta gentileza.

Mais uma vez agradeço ao Prof. Soares a presença que engrandece a nossa audiência pública.

Encaminharemos todas as sugestões da OAB e de todos os convidados que aqui debateram. Cabe-nos agora cobrar o Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Aldízio, tenha certeza de que cobraremos com muita veemência a criação dessa unidade de preservação, tendo em vista a sua importância não só para o Piauí, no Estado do Ceará, mas também para o Rio Poty.

No encaminhamento o Deputado Arnaldo Jordy sugeriu a criação de uma Comissão para fazer uma visita *in loco*. O Ministério será convidado, especialmente os dois representantes que vieram participar desta audiência, para conhecer a beleza daquela região. Muitas vezes a frieza do papel não demonstra a realidade. Aquela área precisa realmente ser preservada.

Muito obrigado a todos.

Tenham uma boa tarde e um bom resto de dia. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente reunião.